



Presidente p.12

Portugal irá contribuir com
"material militar não letal"
na futura força da NATO



PSD p.14

Emissão de dívida confirma
"credibilidade" na realização
de reformas

POVO LIVRE



nº 1842

10 de Setembro de 2014

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

"CONTINUAR A MUDANÇA QUE INICIÁAMOS"



O líder do PSD no encerramento da Universidade de Verão

O líder do PSD no encerramento da Universidade de Verão em Castelo de Vide

“Continuar a mudança que iniciámos”



O PSD anunciou no encerramento da Universidade de Verão que ainda durante o mês de Setembro, o partido irá aprovar a sua estratégia em matéria de natalidade. “Não confundam política de natalidade com uma política fiscal, porque não é a mesma coisa. Pode haver aspectos de fiscalidade que sejam importantes para uma política de natalidade, mas não resumam uma política de natalidade à política fiscal”, reiterou Pedro Passos Coelho. A estratégia para a natalidade terá por base o estudo coordenado por Joaquim Azevedo (que foi também orador da Universidade de Verão).

O Primeiro-Ministro sublinhou que o objectivo não é colocar o Estado a dizer que as pessoas têm de ter mais filhos, mas ter políticas públicas que removam os entraves aos casais que querem ter filhos. Passos Coelho, que antes tinha sido desafiado pelo presidente da JSD, Hugo Soares, para “agir” e adoptar antes do final da legislatura medidas de incentivo à natalidade, respondeu depois ao outro repto do líder dos ‘jotas’ sobre o ‘crescimento verde’.

Também em relação a esta matéria, Passos Coelho prometeu novidades para breve, adiantando que o Governo deverá brevemente “aprovar a sua estratégia para o ‘crescimento verde’ que incluirá também a ‘fiscalidade verde’”. Explicando que a ‘fiscalidade verde’ não pode ser vista desinserida de toda a política fiscal, o líder do PSD assegurou que o “objectivo não é trazer mais encargos para as empresas e para as pessoas, é distribuir de forma diferente para promover as soluções que são sustentáveis”.

Num discurso bastante aplaudido e de pouco mais de uma hora, o presidente aproveitou ainda para fazer um balanço da legislatura, lembrando as reformas que têm sido implementadas, como a recente reforma do mapa judiciário, as medidas tomadas na saúde, na educação e

na administração pública. Passos Coelho criticou também aqueles que querem “regressar à irresponsabilidade”. “Quando ouço alguns daqueles que se propõem ser governantes do futuro dizer que o que precisamos é do regresso à política séria, à política pura, apetece-me dizer isso felizmente foi o que tivemos nos últimos anos. O que eles gostariam talvez era de regressar à irresponsabilidade que nos conduziu ao desastre e à tragédia de 2011”, declarou.

A um ano das eleições legislativas, Passos Coelho deixou também a promessa de que o Governo não irá mudar de “registo”, passar a ser “eleitoralista” e “pensar que é mais importante agradar às pessoas para ganhar eleições do que preparar o futuro”. “É preciso conhecerem-nos muito mal para dizerem que é isso que vai acontecer”, referiu, recusando deitar o esforço até agora feito para “o caixote do lixo”. Pedro Passos Coelho comprometeu-se igualmente a viabilizar a reforma da Segurança Social, mesmo que perca as eleições do próximo ano e que seja o PSD a fazer oposição. O Primeiro-Ministro insistiu no repto que já tinha lançado ao PS para um acordo sobre essa reforma antes das legislativas de 2015. Passos Coelho disse também que o Governo está disponível para fazer um acordo em relação ao aumento do salário mínimo nacional, desde que exista uma relação directa com a produtividade. O presidente assegurou que irá manter a actual estratégia de realização de reformas e de aposta “na inovação, na investigação, porque elas são em grande medida o motor do crescimento futuro”. E deixou uma palavra de resiliência: “Não tenho nenhuma dúvida que o país quer continuar a mudança que iniciámos. [...] E nós cá estaremos para dizer aos portugueses aquilo que projectamos, que sonhamos para o nosso país no futuro, porque realmente Portugal e os portugueses valem a pena”.

Intervenção do líder do PSD no encerramento da Universidade de Verão

«Caros alunos da Universidade de Verão de 2014, bem como aqueles que estiveram connosco em 2013 e aguardarão por esta sessão de encerramento para receberem os comprovativos da sua boa prestação na Universidade do ano passado.

Quero começar por uma palavra de agradecimento, uma vez mais, ao reitor desta Universidade, o nosso amigo Carlos Coelho, que tem sido uma fonte de inspiração para tantos jovens ao longo de mais do que uma geração. O Carlos Coelho tem mostrado que é possível, de facto, fazer a diferença quando se constitui uma equipa muito qualificada que se entrega de corpo e alma ao projecto que está a realizar, como se cada edição fosse a mais importante da sua vida.

E essa é a razão por que todos os anos é difícil, realmente, acolher todos aqueles que vêm à procura que a reputação que esta iniciativa foi criando ao longo dos anos. Ela não seria possível sem o fortíssimo envolvimento da Juventude Social Democrata, e sem uma entrega total das suas lideranças.

Mas é verdade, devemos admiti-lo sem custo, que muitos na JSD durante muitos anos tentaram realizar com sucesso uma ideia como esta que aqui germinou ao longo dos últimos doze anos e não conseguiram. Isso devemos agradecer de forma particular ao Carlos Coelho, à sua enorme sabedoria, e sobretudo à maneira como coloca enorme brio e profissionalismo em que tudo o que faz. Muito obrigado, Carlos Coelho!

No que respeita ao Hugo, ainda é cedo para estar a assinalar palavras de despedida, porque isso faz-se no

Congresso da JSD, e eu lá estarei – como é habitual. Cá aguardo o convite para participar na sessão de encerramento.

Mas evidentemente, não deixarei de responder a alguns dos pedidos e desafios que o Presidente da JSD fez agora na sua intervenção. Mas quero, sobretudo, nesta ocasião, aproveitar vos dizer que foi com uma sensação de dever cumprido que olhei para a forma como conseguimos concluir o programa de assistência económica e financeira em Portugal, em Junho deste ano.

Para muitos foi uma coisa que já passou, como se tivesse acontecido há vários anos. Ainda há menos de um ano, havia quem vaticinasse que nós não conseguiríamos fugir a um segundo programa, a um segundo resgate, com taxas de juros a 10 anos a mais de 7%, e seguramente não estaria no nosso horizonte poder sequer negociar um programa cautelar.

E durante uns meses, todos aqueles que desde o início do programa achavam que ele não ia dar resultado, que a receita não estava certa e que a estratégia era um desastre para Portugal, semanalmente equacionaram os diversos cenários da tragédia.

Evidentemente, é também da nossa realidade quotidiana, que a comunicação social precisa de informar e de dar notícias. Portanto, o destaque que foi dado por todo esse tempo a essa visão catastrofista do país, creio que impressionou a generalidade dos portugueses.

Eles que se esforçaram durante estes anos por salvar o seu país de uma desgraça grande, uma desgraça que os surpreendeu e que achavam que não havia direito de passarem por ela depois de tantos anos de democracia. A verdade é que conseguimos, semana após semana, mês após mês, mostrar aos portugueses que o esforço que tinham realizado valeu a pena.

E então passamos da conversa do segundo resgate para a conversa do primeiro resgate. Deixámos a espiral recessiva para começar a explorar a possibilidade de termos compromissos a médio e longo prazo que pudessem sustentar um programa cautelar. E conseguimos perceber que afinal estávamos em condições de poder encerrar o programa e de caminhar pelo nosso pé. E foi isso que fizemos. Serenamente.

Hoje em dia é possível e fácil consultar o registo de todos os debates públicos e análises políticas anteriormente feitas porque actualmente estão à distância de um clique. Façam esse exercício: leiam, recordem o que se disse sobre o futuro do nosso país durante estes três anos. E depois vão perceber que existe um país profundamente empenhado em mostrar que há um futuro de maior justiça social, de maior equilíbrio para os portugueses que não se revêem na maneira como uma certa

classe política e analítica olha para eles próprios, para o país e para o futuro.

Não pensem que foram só as forças partidárias que, de forma míope, não quiserem ver que era possível encerrar esta página da nossa História. Verificarão que hoje a esfera de influência política vai muito além dos partidos. E que nessa esfera mais ampla ainda habitam mais “velhos do Restelo” do que nos partidos políticos.

Mas isso é uma coisa que seguramente a Universidade de Verão do PSD pode ajudar no futuro a resolver. Mas o que em qualquer caso eu gostaria de sublinhar é a importância da estratégia que seguimos. Durante muito tempo disse-se que não tínhamos nenhuma alternativa e que estávamos condenados - por falta de recursos e meios, dada a restrição orçamental - a subjugar-nos aos ditames da economia e da finança. Suspirava-se, portanto, que tinha a política emigrado também. Não tínhamos política, dizia-se. O que tínhamos era uma forma subserviente de nos curvamos perante os ditames da economia e da finança.

Ora bem, eu acho que é legítimo concluirmos hoje que foi exactamente o oposto. Conclui-se que nos subjugamos à ditadura da economia e das finanças em 2011 quando a política imigrou e, irresponsavelmente nos obrigou a ter de pedir ajuda externa. E que foi a política, a estratégia política e a determinação política que tivemos que nos permitiu fechar estes três anos dolorosos que todos vivemos.

Por isso, na verdade, quando ouço alguns daqueles que se propõem ser governantes do futuro dizer que aquilo de que precisamos é o regresso à política, à política séria, apetece-nos dizer que isso foi o que tivemos nos últimos anos. Do que eles gostariam, talvez, era de regressar à irresponsabilidade que nos conduziu ao desastre e à tragédia de 2011.

Nós iniciámos um caminho de grande mudança e transformação na sociedade portuguesa. Não estivemos apenas a acudir à emergência, que também tivemos. Quando chegamos ao governo, em 2011, tal como o Ministro das Finanças do anterior governo antecipava, não tivemos grande tempo para nos sentar nas cadeiras dos gabinetes. Mal chegámos, estávamos a prestar contas à troika.

E assim andámos a tratar da emergência financeira e social durante estes três anos. Mas reduzir o programa de assistência financeira ao programa de assistência social é muito curto, é muito pobre. Porque, em bom rigor, o programa esteve muito para além disso.

Houve reformas importantes que se iniciaram e que precisam de ser continuadas. O país não é hoje o mesmo que herdámos em 2011. O Estado não é o mesmo, a Eco-

nomia não é a mesma, os comportamentos económicos e sociais não são os mesmos. Felizmente o país libertou-se de muitas restrições com que viveu demasiados anos.

Quando em 1986 entrámos como membro de pleno direito na então Comunidade Económica Europeia, pensámos que íamos ter decisivamente um caminho de progresso que nos iria colocar em linha, em convergência, com a maior parte das nações europeias com que gostávamos de nos comparar: a França, o Reino Unido, a Alemanha, a Itália, com todos esses países que tinham economias mais avançadas que a nossa, um Estado Social mais avançado, políticas públicas mais desenvolvidas que a nossa.

E pensámos que íamos ter uma oportunidade extraordinária, juntamente com a Espanha – a Grécia tinha entrado um ou dois anos antes – e que íamos ter uma solidariedade importante de todos os países europeus para nos podermos aproximar desse modelo de sociedade.

E não há dúvida de que tivemos os recursos para esse efeito. Durante anos, Portugal recebeu da União Europeia – então CEE – através de fundos estruturais, recursos significativos para a modernização do país. E não há dúvida de que em muitos aspectos nós progredimos e a sociedade portuguesa desenvolveu-se e evoluiu.

Mas infelizmente, dado que não estamos sozinhos no mundo, não nos podemos comparar apenas com o que éramos em 1985 ou 86. Porque a Europa não ficou em 1985 ou em 1986. Todos os outros países se desenvolveram também. E quando, no final da década de 90, antes do Euro chegar, fizemos as contas e percebemos que não tínhamos conseguido realizar o nosso sonho de convergir para a média europeia.

Quer dizer que não aproveitámos bem as oportunidades que nos foram dadas.

E quando chegou a moeda única, achámos que íamos ficar no pelotão da frente daqueles que, de forma mais avançada, iriam realizar a Estratégia de Lisboa, que colocaria a Europa no centro da globalização e à frente da investigação e do desenvolvimento que traria a nossa economia, as nossas empresas, os nossos jovens para a primeira linha do melhor que se fazia em todo o mundo.

E durante esse período, infelizmente, Portugal não fez as reformas que devia ter feito para, mais uma vez, poder aproveitar essa oportunidade.

Aqueles que mais responsabilidades políticas tiveram na condução do país durante esses anos preferem a versão simplista de que a Europa não foi pensada. De que os objectivos eram demasiado ambiciosos. As estruturas demasiado imperfeitas. Que houve muito voluntarismo. Que não houve a preocupação de criar uma Europa verdadeiramente mais solidária e social.





Há alguns para quem a culpa mora sempre lá fora. É uma coisa extraordinária. Nós, que reconhecemos que o edifício político europeu é imperfeito - e continuará a ser imperfeito - não deixamos de saber que está também nas nossas mãos poder ajudar a aperfeiçoar essa estrutura, esse projecto político importante que é o projecto europeu. Não para nos desculparmos daquilo que não fazemos no nosso país mas para justificar aquilo que fazemos cá dentro e aquilo por que lutamos lá fora.

Estes anos foram também para os europeus de muitas dificuldades. E não é certo que o caminho que já foi feito nos garanta uma recuperação tão forte quando precisaríamos de ter. Mas agora reparem bem. Ao contrário do que aconteceu em 2011, em que havia um sentimento da Europa de que os países do sul não tinham feito o que deviam, não tinham preparado as suas economias e não eram eficientes - com isso trazendo um grande risco sistémico para toda a Zona Euro - agora passa-se ao contrário: agora olha-se para estas economias e diz-se: fizeram as reformas, por isso estão a crescer e vão crescer mais no futuro. Não só vão crescer mais porque aqueles que deviam ter feito as reformas - como a França ou a Itália - estão sempre a pedir mais tempo para evitar fazerem o que é necessário.

A verdade é que fazer reformas não é fácil para ninguém. Portanto, o que eu pretendo aqui dizer não é que agora temos outro bode expiatório que é a França ou a Itália ou qualquer outro país. O que quero dizer é que hoje fica claro que valemos mais em conjunto do que em separado. E se todos realizarmos um esforço olhando para as reformas importantes ao nível económico e social, isso nos dará a todos uma perspectiva muito melhor de crescimento sustentável, de emprego sustentável, de criação de riqueza e de um futuro mais de acordo com as nossas expectativas, com o que investimos na formação dos nosso jovens e com o que investimos solidariamente a cuidar dos mais velhos.

O programa que temos à nossa frente é ambicioso. Nem Portugal fez já as reformas todas que eram necessárias, nem os países mais sistémicos hoje na Europa apresentaram ainda uma visão suficientemente ambiciosa para as reformas que todos precisamos que a Europa realize.

Dir-se-á: se não está nas nossas mãos resolver o que se passa nesses países, por que não nos havemos de focar simplesmente no nosso pequeno mundo pela simples razão de que o nosso pequeno mundo pode ser muito maior se actuarmos em conjunto.

Nós aproveitámos estes três anos para fazer reformas importantes. Uma delas tem agora uma visibilidade maior. Está associada ao novo mapa judiciário e a este movimento que se associou e que alguns queriam que fosse perfeito mas que será suficientemente importante para implementar a maior reforma na área da Justiça de que há memória em Portugal. Esperemos agora que com estes instrumentos tenhamos uma Justiça mais espe-



cializada, mais próxima dos cidadãos, que funcione em tempo útil para que não precisemos de esperar tantos anos para a conclusão de processos. Sejam eles mais mediáticos ou menos.

Teremos agora a oportunidade para testar a importância da reforma que preparámos. Como todas as grandes reformas, ela não fica feita quando acabamos de publicar os diplomas legislativos e quando começam a funcionar todos os tribunais. É a partir de agora que ela terá de ser acompanhada, monitorizada, para sabermos se os resultados esperados vão de facto acontecer e se é preciso afinar o que fizemos para que a reforma seja ainda mais robusta. Mas a verdade é que não andámos estes três anos distraídos. Preparámos uma das maiores reformas no nosso país.

Na Saúde, fizemos pelo menos três coisas muito importantes. Pagámos as dívidas, e para esse efeito podemos demonstrar que nunca o Estado gastou tanto dinheiro na Saúde. Pagámos dívidas que chegavam quase a 3 mil milhões de Euros quando entrámos para o Governo.

Estão hoje reduzidas a pouco menos de um terço desse valor. Com isso conseguimos que o Estado tivesse outras condições para negociar com os fornecedores do Serviço Nacional de Saúde. O que quer dizer que há muitas poupanças para futuro porque conseguimos pagar as dívidas do passado. Fizemos um grande esforço para as pagar mas pagámo-las e isso foi muito importante.

Em segundo lugar, conseguimos colocar os equipa-

mentos públicos a funcionar de uma forma ainda melhor, apesar de termos menos recursos para a despesa corrente.

E em terceiro lugar, conseguimos eliminar várias rendas que existiam no sector. E essa foi a razão por que hoje conseguimos fazer com que os doentes crónicos, idosos e população de modo geral possam aceder a medicamentos a preços muito mais baixos. Em alguns casos incomparavelmente mais baixos.

E hoje a quota de genéricos é muito maior do que há uns anos atrás.

Significa isto que, apesar das restrições, conseguimos continuar uma reforma importante na área da Saúde, que é uma das áreas mais sensíveis de prestação de serviços públicos que um país pode ter, porque lida no dia-a-dia com a vida das pessoas. Graças ao profissionalismo de todos os profissionais da Saúde e da determinação política do Governo, conseguimos prosseguir um caminho de reforma que deixará a Saúde mais saneada, mais capitalizada, em melhores condições de prestar um bom serviço com menos desperdício, como havia no passado.

Na Educação conseguimos apostar mais naquilo que registava o pior desempenho: Matemática e Português. Veremos daqui a uns anos -é preciso aguardar alguns anos para ver estes resultados - se estes enfoca nestas disciplinas matriciais produziu o resultado que

desejávamos. Mas não há dúvidas que hoje temos o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano; a possibilidade de fazer uma melhor preparação para os portugueses; conseguimos que essa formação seja reforçada nas áreas mais importantes e que estavam enfraquecidas; e conseguimos isso ao mesmo tempo que reduzimos consideravelmente os custos de estrutura.

Como é que o fizemos? Simplesmente procurando que aqueles que estavam no sistema educativo e não davam aulas pudessem passar a dar aulas. Com isso o Estado conseguiu dispensar muitos outros de que já não necessitava. Dirão alguns: "isso é péssimo porque nós temos necessidades educativas muito grandes e devemos empregar todos os professores que fosse necessário para que o sistema fosse ainda mais alargado". Mas a verdade é que durante muitos anos a nossa população diminuiu mas aumentou o número daqueles que estavam no sistema educativo na área da docência. E isso é um contra-senso. Nós sabemos que as pessoas devem ser respeitadas mas a obrigação do Estado não é garantir emprego público. Se o Estado hoje consegue escolher os melhores para a docência e consegue, com aqueles que estão no quadro, preencher as suas necessidades, então não há necessidade de estarmos a fazer um sobreesforço fiscal para ter mais gente do que aquela que contrata. É só disto que estamos a falar.

Conseguimos, portanto, na área da Educação, de uma forma que não é simpática, racionalizar o número



de efectivos; apostar na qualidade do produto educativo; e ao mesmo tempo alargar a frequência do ensino obrigatório a mais jovens até ao 12º ano.

Do que precisamos a seguir de fazer é duas coisas. Primeiro, que um número cada vez maior de jovens possa chegar ao ensino superior. Em segundo lugar, que aqueles que quiserem mais directamente procurar uma resposta no mercado de trabalho tenham verdadeiras oportunidades para o poder fazer.

Iniciámos já aquilo a que chamamos uma forte aposta na formação dual. Quer dizer, na formação que é realizada entre a escola e a empresa. Há países na Europa – casos da Alemanha e Áustria – que assumem para os seus jovens que quando acabam de estudar têm sempre uma oportunidade de estágio ou emprego. Não aquele emprego para a vida toda porque isso já não existe para ninguém. Mas uma oportunidade de emprego. Nós temos de conseguir fazer o mesmo para Portugal.

Temos de conseguir pôr de lado os complexos de que uma formação mais profissionalizante é uma espécie de formação de segunda. Não é! Esta mania de que temos de ter um país de doutores para nos tratarmos todos por “doutor” é uma coisa que deve ficar enterrada no passado.

O que devemos ter é um sistema aberto, que permita àqueles que a qualquer altura queiram prosseguir estudos, ter formação superior ou universitária o possam fazer. Mas isso é diferente de, a pretexto de um ensino elitista, evitar que muitos milhares de jovens possam escolher trabalhar em melhores condições e melhores rendimentos do que hoje conseguem.

Julgo que é chegada a altura não apenas de o Estado fazer esse grande esforço mas também dos empresários portugueses, das empresas portuguesas, dos sindicatos em Portugal se comprometerem a iniciar um programa ambicioso que permita que todos os jovens possam aceder a essa via mais profissionalizante se assim o desejarem e que todos, mas todos, possam ter no final da sua formação um estágio e um emprego garantido nas empresas portuguesas. Ainda que seja um emprego que lhes dê a possibilidade de terem um contacto com a economia real, com o mundo do trabalho e lhes dê currículo para depois poderem prosseguir a sua vida profissional com outro horizonte e outra liberdade.

Quero também recordar que conseguimos, nestes três anos, de certa maneira desfazer vários problemas que herdámos.

Um deles foi com as parcerias público-privadas, que herdámos no sector rodoviário. Sabemos que Portugal tinha, no horizonte de cerca de 25 anos encargos dema-

siados elevados na área das parcerias público-privadas do sector rodoviário.

Essas responsabilidades representavam quase um terço do valor dos empréstimos que foram concedidos a Portugal pela troika. É muito dinheiro. Conseguimos reduzir essa factura em perto de 33%.

Muitos já se esqueceram disso. Em particular todos os aqueles que fizeram esses contratos e aqueles que geraram para o futuro essas responsabilidades. Esses até acho que nós deveríamos ter cortado muito mais. É uma coisa extraordinária.

A verdade é que conseguimos refazer esses contratos e com isso poupar muito dinheiro para os próximos 25 anos.

Conseguimos também, na área da Energia pôr de pé uma estratégia que nos permite acabar com o défice tarifário que foi gerado durante anos em que a grande política dos Governos era congelar os preços para fazer de conta que tudo estava bem. E quando se congela os preços para fazer de conta que tudo está bem, durante muitos anos paga-se o que estava mal.

Nós conseguimos que essa factura não tivesse de ser paga pelos contribuintes através dos impostos. Conseguimos que numa parte importante essa fatura fosse paga pelas empresas produtoras de energia e, noutra parte, por aqueles que consomem electricidade e que a consumiram mais barata no passado.

Parece-me justo. Mais injusto seria endossar a factura para aqueles que não tiveram a possibilidade de beneficiar sequer dessa política de falsos preços.

Nós conseguimos, portanto, nestes anos, reforçar a regulação em Portugal, criar uma economia mais competitiva, e libertar a nossa economia e o Estado de rendas que pesavam e iam continuar a pesar durante muitos anos.

Mas, evidentemente, o que temos pela frente, não só daqui até às eleições, mas a seguir a essas eleições, é ainda muito ambicioso.

Nós queremos levar por diante este processo de reforma do Estado. Ele não está concluído. Há ainda muito por fazer. Nós esperamos que nos próximos anos possam ser anos de maior agilidade para que os nossos empresários, os nossos empreendedores, não tenham de enfrentar sempre o Estado como se fosse uma carga de trabalhos.

Muitos dos investidores externos acabam de desistir de Portugal porque acabam por ter de esperar demasiado tempo até que decidamos o “sim ou não” sobre os seus projectos. Ora temos de pôr o Estado a funcionar melhor. Não basta gastar menos: é a funcionar melhor.

Isso não se faz de um dia para o outro, mas essa reforma administrativa deve prosseguir. Nós conseguimos já, nos últimos três anos, trazer uma racionalidade maior para o mundo das autarquias locais.

Fizemos aí uma reforma importante. Também já não se fala disso, a não ser quando aparecem aqueles que pensam que ganharão facilmente as próximas eleições se prometerem repor imediatamente tudo aquilo que estava. Repor as freguesias que existiam antes, repor os tribunais que existiam antes, regressar ao passado em grande estilo. Nessa altura lembram-se das reformas que nós fizemos. Só nessa altura.

Nós conseguimos que existisse uma racionalidade maior no mundo das autarquias. Não porque permitimos a agregação de freguesia – ficando hoje com cerca de menos um quarto dos Executivos que existiam nas últimas eleições – mas conseguimos também que ao nível do sector empresarial local houvesse uma maior racionalização. Não fomos só nós na Administração Central que fundimos institutos, extinguímos organismos, acabámos com lugares que não eram necessários preencher – fosse na Segurança Social, Governos Cívicos e outros institutos – foram também as Autarquias Locais que acabaram com lugares que não eram necessários preencher, ficando bastante mais racional na maneira como nos organizamos.

Mas agora precisamos de levar esta reforma ao nível da Administração Central ainda mais longe.

Precisamos também, já o disse, de resolver um problema para futuro. A sustentabilidade da Segurança Social.

O Governo, ao longo destes anos, procurou responder de uma forma bastante ampla este problema complexo. Fizemos a convergência das pensões da Caixa Geral de Aposentações para o regime geral da Segurança Social para futuro. Procurámos fazê-lo também no presente mas a jurisdição constitucional não o permitiu. Mas fizemo-lo para futuro.

Conseguimos aumentar a idade da reforma. Porquê? Porque evidentemente o sistema de Segurança Social disponibiliza hoje mais possibilidades para aqueles que podem trabalhar até mais tarde. E também porque aqueles que, vivendo até mais tarde, fizeram descontos até à idade da reforma não terão descontado o suficiente para que o sistema possa estar equilibrado no futuro.

E por isso aumentámos a idade da reforma. Procurámos encontrar uma solução que fosse equilibrada para resolver o problema da falta de financiamento da Segurança Social. Procurámos que os activos de hoje ajudasse a pagar uma parte da factura, através de um



ligeiro aumento da TSU, que o IVA social pagasse uma outra parte e que aqueles que têm pensões mais elevadas pudessem fazer um desconto também.

Não foi possível. Não foi considerado viável no quadro da interpretação da Constituição.

Mas a verdade é que diz o Tribunal de Contas – não é apenas o Governo a dizê-lo – que as contas da Segurança Social mostram que ela não é sustentável. E, se não é sustentável, isso significa que dentro de alguns anos não estaremos em condições de pagar as pensões dos pensionistas.

A não ser que transfiramos esse dinheiro dos impostos, da receita do Estado, do Orçamento do Estado, para a Segurança Social. Quer dizer, que coloquemos toda a sociedade a pagar ainda mais um esforço fiscal adicional para pagar essas pensões.

Eu julgo que isso não é justo que seja assim.

Temos, portanto, de responder ao problema.

Nós procurámos, aliás, responder ao problema. Não nos escudámos atrás de coisa alguma. Mas a verdade é que a solução, as várias soluções que pusemos em cima da mesa, não foram consideradas viáveis do ponto de vista constitucional.

Em teoria, o Tribunal Constitucional considerou sempre que era possível afectar pensões em pagamento mas, na prática, nunca aceitou nenhuma.

Por isso eu dirigi um desafio ao Partido Socialista, no sentido de preparar em conjunto connosco essa reforma que possa traduzir um consenso mais alargado na sociedade portuguesa. Pode ser que isso, politicamente, faça diferença do ponto de vista da interpretação jurídico-constitucional. Talvez faça diferença.

É provável que faça diferença! Eu tenho quase a certeza que fará muita diferença.

E, se faz diferença e isso é importante para futuro, então só há duas possibilidades. Ou o Partido Socialista desmente o Tribunal de Contas e diz que não há problema nenhuma na Segurança Social e que isto é uma mania do Governo – que quer à força resolver problemas que não existem; ou então, aceita que temos um problema para resolver, que temos de o resolver em conjunto, e antes das eleições, para que ganhe quem a ganhar, no dia seguinte essa reforma possa ser concretizada. E talvez admissível à luz da interpretação jurídico-constitucional.

Eu acho que isto é essencial.

Não é por termos eleições daqui a um ano que eu disse que não tentaria fazer mais nenhuma reforma da Segurança Social. É porque todas as tentativas que fizemos esbarraram nesta interpretação da Constituição.

Então, nada melhor, muito humildemente, do que dizer “dêem-nos uma solução para este problema”, digam-nos como é que ele se pode resolver. E se nós

ganharmos, como eu espero que possamos ganhar, que essa reforma siga em frente com o apoio do Partido Socialista. Se isso não acontecer, como já aconteceu no passado, o PSD lá estará na oposição a viabilizar uma grande reforma que é essencial para o país.

Mas uma vez que vos falei das próximas eleições e do tempo que nos separa daqui até lá, permitam-me que faça, muito rapidamente, uma observação que se destina a tranquilizar todos quantos inquietos se perguntam se o Governo agora vai mudar de registo por causa das eleições.

O “mudar de registo” quer dizer “passar a ser eleitoralista” e, portanto, começar a pensar que é mesmo mais importante agradar às pessoas para poder ganhar as eleições do que preparar o futuro.

Eu penso que é preciso conhecerem-nos muito mal para acharem que é isso que vamos fazer e não sei como perdem tanto tempo à volta dessas congeminações.

Nós, como a Ministra das Finanças aqui disse ontem, vivemos com restrições e temos duas maneiras de lidar com o problema: andarmos todos os dias a dizer como é horrível termos a dívida que temos e as restrições que temos ou olhar para a frente e ver como, apesar disso, a vamos pagar e crescer. Essa é a nossa atitude.

Como conseguimos, apesar da vida que temos, das restrições que temos, da realidade que é a nossa, como conseguiremos andar para a frente, pagando as nossas dívidas, crescendo e podendo ser uma sociedade com maior equidade social?

Para isso, não podemos deitar o esforço que fizemos até hoje para o caixote do lixo e não deitamos. Os que hoje vêm dizer que Portugal está a regressar ao passado porque as nossas exportações não estão tão vigorosas e a procura interna está a crescer demasiado com o consumo e que isso é, portanto, um mau sinal porque estamos a regressar ao problema que nos trouxe aqui, quero dizer-lhes que estão equivocados, estão muito equivocados.

É verdade que as nossas exportações abrandaram, é verdade que a Europa está crescer menos e, portanto, uma parte dos nossos compradores estão a comprar menos – não é só a Portugal – isso é verdade. Também é verdade que o consumo tem aumentado, mas verdade é que o país não se está a endividar por essa razão como no passado.

No passado, este modelo de economia protegida que hoje não temos liderada pelo consumo, tinha no centro uma espécie de caixa mágica que era o sistema financeiro que transferia a poupança externa para o consumo interno. Quer dizer que tinham políticas de crédito agressivas que trouxeram uma grande alavancagem financeira e, portanto, muito endividamento, bem expresso no balanço dos bancos e que afectou a

generalidade das famílias portuguesas e das empresas portuguesas.

Esse modelo hoje não está em prática e não existe. Porque os bancos continuam a ‘desalavancar’, os empréstimos às famílias e às empresas não estão a crescer e, portanto, o consumo que estamos a realizar não é um consumo que estejamos a fazer com o dinheiro que pedimos emprestado à banca ou ao estrangeiro.

O consumo que estamos a registar resulta de uma descompressão da sociedade portuguesa que está hoje mais confiante no futuro e que utiliza parte das suas poupanças para consumir mais e isso está bem expresso na ligeira redução da taxa de poupança e no aumento do consumo.

Dirão assim, “então está tudo bem?”. Não! É preciso fazer um aviso: uma coisa é descomprimir, porque não podemos andar sempre apertados, outra coisa é pensar que a resposta duradoura para o nosso crescimento é a liderança do consumo na procura interna.

Nós mantemos a mesma estratégia de apostar na inovação, na investigação porque elas são em grande medida o motor do crescimento futuro, da especialização e do valor acrescentado das nossas exportações e precisamos também de atrair mais investimento externo para o nosso país. Precisamos destas duas coisas, precisamos nós e precisa a Europa. Eu estou convencido que esta é a estratégia que continuará a ser prosseguida por este Governo e depois das eleições.

Mas dirão ‘e o salário mínimo nacional?’

Aí o ‘eleitoralismozinho’ do salário mínimo nacional...

O salário mínimo nacional já esconde a vontade deste Governo de ganhar as eleições e de ceder a tudo...

Durante três anos, quando o desemprego subia e a recessão apertava e nós dizíamos que não se podia mexer no salário mínimo nacional porque não queremos criar mais recessão nem mais desemprego, diziam-nos que estávamos errados, que éramos teimosos e devíamos mexer e aumentar.

Agora que o desemprego está a aumentar, que a economia está a crescer e que nós dizemos que neste quadro faz sentido discutirmos, dentro de certas condições, a actualização do salário mínimo nacional dizem-nos: ‘demagogia! eleitoralismo!’.

Não é demagogia nem eleitoralismo. Nós iremos com os parceiros sociais discutir a actualização do salário mínimo nacional. Mas como já disse noutras ocasiões, não direi aqui nenhuma novidade sobre isso e ainda bem porque a coerência nesta matéria é muito recomendável, nós estamos disponíveis para fazer um acordo nessa questão do salário mínimo nacional conquanto exista disponibilidade para que a política de rendimentos no país esteja associada à produtividade da economia e das

empresas. Porque é isso que garante a sustentabilidade a longo prazo.

Quero dizer que fico muito satisfeito por saber que nas reflexões que têm ocorrido no âmbito da disputa interna do Partido Socialista esta visão também já é aceite. É um sinal, julgo eu, encorajador para que possamos ter também do lado do PS uma visão equilibrada que permitirá pensar o crescimento da nossa economia com base no bom senso e não na audácia, que representaria pôr em causa todos os ganhos que acumulámos até hoje.

Gostaria apenas para concluir fazer uma referência quer à questão da natalidade quer ao crescimento verde.

Foi justamente num congresso do PSD que eu mencionei este objectivo importante que era o de poder contar com um trabalho que fosse sério e sistemático que nos permitisse não só fazer uma boa reflexão sobre o tema, mas também ter soluções para o problema da quebra da natalidade em Portugal. É um dos temas mais importantes para Portugal e para muitos países da Europa.

Disse na altura que era importante que todos os partidos dessem o seu contributo. Não tem havido infelizmente espaço nos outros partidos para grandes reflexões nesta matéria e o Governo não ficará eternamente à espera. Nós não poderemos deixar de esperar que o Governo tome iniciativas nessa matéria, mas o que quero dizer é que o PSD enquanto tal irá muito brevemente, ainda durante este mês de Setembro, aprovar a sua estratégia em matéria de natalidade. Fá-lo-á com base justamente no trabalho que recebeu da equipa do Professor Joaquim Azevedo e que tem estado em discussão pública e que nós iremos rematar do ponto de vista das conclusões do PSD até ao final deste mês.

Espero em qualquer caso que não confundam uma política de natalidade com uma política fiscal, porque não é a mesma coisa.

Pode haver aspectos de fiscalidade que sejam importantes para uma política de natalidade, mas não resumam uma política de natalidade a uma política fiscal.

Em segundo lugar, não se precipitem também achando que nós precisamos aqui de ser muito voluntaristas porque o que nós queremos não é pôr o Estado a dizer às pessoas que elas têm de dizer mais filhos ou menos filhos. O que nós precisamos é de ter políticas públicas que removam os entraves àqueles casais que querem ter filhos e não vêem condições para os poder gerar.

O Hugo, que está a sair da JSD, já deu o pontapé de saída, ainda sem política nenhuma já contribuiu para que a nossa natalidade não regredisse tanto. Claro que

ainda tem muito que fazer. Eu quando tinha a idade dele e estava a sair de Presidente da JSD já tinha tido duas filhas, o que quer dizer que já tinha pelo menos repostas. Já dei um contributo adicional porque tenho três filhas e é verdade que tinha gostado de ter mais, mas não foi possível.

Espero que todos aqueles casais que desejam ter filhos ou que desejam adoptar uma criança, porque isso também é importante e não podemos olhar só para o défice demográfico, temos também de olhar para as muitas crianças que não têm uma família e que muitas vezes ou estão à guarda do Estado ou simplesmente desamparadas.

Há muitos anos que andamos a ver como conseguimos não desproteger a segurança das crianças, mas ao menos tempo facilitar o processo de adopção. Ele continua a ser um processo que penaliza sobretudo as crianças que precisam da adopção.

E por uma vez, espero que os debates que se fazem de uma forma mais radical possam ceder espaço para que se olhe para este problema de uma forma menos arrogante. Nós temos em Portugal pessoas que querem adoptar crianças e não conseguem, mas deixem-me dizer-vos que não são as pessoas que têm direitos a adoptar, mas as crianças que têm o direito a ser adoptadas.

Uma palavra então sobre o crescimento verde, porque o Presidente da JSD fez aqui essa referência e ela é uma referência importante.

Recordo-vos que justamente há um ano quando tive oportunidade de fazer uma remodelação no Governo criei o lugar de Ministro do Ambiente e da Energia e o Ministério do Ambiente e da Energia. O PSD tem tido realmente uma história grande neste domínio e muitas caras, muitos rostos, simbolizaram políticas importantes em defesa do ambiente e do crescimento sustentável.

Tenho a certeza que o actual Governo, com o Eng. Jorge Moreira da Silva, conseguirá fazer jus a essa reputação e espero que muito proximamente o Governo possa aprovar a sua estratégia para o crescimento verde que incluirá também a fiscalidade verde. E como o Hugo aqui referiu, essa fiscalidade verde não pode ser vista de forma desinserida de toda a política fiscal porque o nosso objectivo não é trazer mais encargos para as empresas e para as pessoas, mas distribuir de forma diferente esses encargos de forma a promover as soluções que são sustentáveis.

Claro que essa substituição, essa recomposição, não pode ser feita de forma muito desfasada do tempo porque senão na prática ela representaria um aumento

de impostos hoje contra um alívio fiscal no futuro. Nós temos de fazer essa recomposição dentro do tempo que estamos a viver. Mas eu estou convencido que temos boas possibilidades de dar aí um passo importante para ter um crescimento mais sustentável.

Termo fazendo um apelo à JSD. Eu acho que é muito apropriado porque não só tiveram aqui nesta semana um trabalho muito importante a pensar no futuro, como me parece que esse trabalho não pode ficar simplesmente a aguardar que cada um de vós se sinta impellido a realizar um bocadinho aquilo que pensou na actividade que vai desenvolver.

É importante que de uma forma sistemática a JSD possa realizar um trabalho que seja impulsionado por estas conclusões da Universidade de Verão, mas que possa também - com o auxílio do Instituto Francisco Sá Carneiro - ser sistematicamente mais alargado a outras organizações, a outros grupos de jovens da sociedade portuguesa. Que isso nos traga um contributo para o futuro preparado pela geração do futuro. O PSD e Portugal precisam desse contributo: um programa para o futuro preparado pela geração do futuro.

Nós preparamos sempre o futuro com muita antecedência. Nunca conseguimos prever tudo, nunca conseguimos realizar tudo aquilo que julgávamos que era importante, mas se tivermos conseguido - no fim da nossa jornada - realizar o essencial, então não tenho dúvidas, como dizia o Carlos Coelho na sua citação inicial, que terá valido a pena, que vai valer a pena, e que continuar a valer a pena ser exigente, preparar as reformas, lidar com as pessoas com atenção e com carinho porque o tempos que vivemos foram muito exigentes e severos.

E não há ninguém que não tenha praticamente dado um contributo importante para podermos sobreviver a estes tempos terríveis que deixamos para trás de nós. Não tenho nenhuma dúvida que o país quer continuar a mudança que iniciamos.

Não somos nós, o país quer continuar e quer saber quem é que está disponível para prosseguir essa mudança. E estará muito atento àquilo que os políticos lhes vão dizer para saberem no final do dia com quem é que podem contar no futuro.

Hoje sabem com quem contaram e para quê no passado, daqui a um ano precisarão de saber com quem contar para futuro. E nós cá estaremos para dizer aos portugueses aquilo que projectamos, que sonhamos para o nosso país no futuro, porque realmente Portugal e os portugueses valem a pena.

Obrigado!»



A oposição está “cristalizada”

O vice-presidente do PSD, Marco António Costa, procedeu à abertura dos trabalhos da edição de 2014 da Universidade de Verão do PSD, em Castelo de Vide. Em frente aos cem alunos da XII edição da escola de formação política social-democrata, o coordenador do PSD apelidou a oposição de “arautos da desgraça”, sublinhando que o país “mudou, avançou e melhorou” no último ano. “Num ano, o país mudou, a sociedade portuguesa mudou, mas a oposição está igual a ela mesma, está cristalizada e não mudou absolutamente nada”, afirmou Marco António Costa. “Hoje sabemos que o país vai encontrar crescimento económico neste ano e ainda há uma semana atrás foi revista a previsão de 0,8 para um por cento de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014, a realidade continua a impor-se e aqueles que eram os arautos da desgraça continuam a ser hoje os arautos da desgraça”, declarou.

O vice-presidente do PSD congratulou-se com a redução do desemprego jovem no espaço de um ano (desde que esteve presente na anterior edição da UV) e criticou a oposição quando, há um ano, afirmava que o país tinha entrado em espiral recessiva. “Muitos dos que hoje continuam a criticar a nossa acção política diziam que nós tínhamos entrado numa espiral recessiva, que o país não tinha solução porque a política que estava a ser seguida pelo Governo era uma política que conduziria a economia portuguesa a uma espiral recessiva”, recordou. “Dito de outra maneira: os arautos da desgraça que hoje são os mesmos que estão na oposição afirmavam que este país não tinha solução, não tinha futuro”.

Marco António Costa recordou ainda que há um ano, quando interveio na UV, apelou à oposição para que “mudasse de comportamento”, mas passado esse tempo a mesma “continua igual a ela própria”, tendo “fobia” a compromissos. “Durante todo este tempo (último ano) tivemos uma oposição que permanentemente apresentava uma atitude negativista e derrotista e procurava o imobilismo como solução para os problemas dos portugueses”, disse. Acusando os partidos de desenvolver uma “oposição cega” ao Governo e de uma forma “retrógrada”, Marco António Costa sublinhou que o PSD é um partido reformista e que tem uma agenda para o país.

Sobre a reforma do sistema político, o vice-presidente do PSD aproveitou a sua intervenção para acusar a oposição de “incapacidade absoluta” no sentido de chegar a vários consensos com o Governo, apontando o dedo, principalmente, ao PS. “Não adianta dizerem que agora estão num debate interno, porque é exactamente nos momentos de debate interno que se clarificam as posições, não na forma mas na sua substancia. E é importante que na substancia o PS diga ao país com que é que o país pode contar relativamente ao futuro, porque relativamente ao presente e ao passado o país não pode contar com PS para nada”, disse.



Primeiro dia

A sessão de abertura foi o ponto de partida para a XII edição da Universidade de Verão da JSD, PSD e Instituto Francisco Sá Carneiro. Com a presença do vice-presidente do partido, Marco António Costa, os recém-chegados alunos começaram uma jornada de formação cívica e política na qual trabalharão ao longo de uma semana. A sessão abriu com o testemunho da Filipa Rafael, aluna da UV

de 2013, que será agora conselheira de dois grupos de participantes. Como a Filipa, serão também responsáveis por dois grupos Fausto Matos, Jorge Varela, Paulo Pinheiro e Teresa Azoia. Carlos Coelho – director da Universidade de Verão – interveio para explicar aos alunos como foram seleccionados, o que deles é esperado durante esta semana e quais os instrumentos e recursos que terão ao dispor para que estes sejam dias de êxito. Hugo Soares, presidente da JSD, acrescentou ainda que este conjunto de alunos é uma verdadeira selecção nacional e será o principal factor de sucesso da UV.

O convidado da sessão, Marco António Costa, começou por fazer uma comparação entre 2014 e 2013 – ano em que também esteve presente em Castelo de Vide. Da sua análise fizeram parte dados como a redução do desemprego jovem, a recente revisão da previsão do crescimento do PIB de 0,8 para 1% e a falta de cooperação da oposição. O vice-presidente do PSD apelou ainda aos jovens para que haja uma grande mobilização nas eleições de 2015.

Por fim, o jantar de abertura contou com a presença de António Nobre Pita, presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, que falou da sua experiência como autarca e arqueólogo, frisando que a História é imprescindível para o exercício Político. O presidente convidou ainda os jovens a visitar a localidade num contexto mais familiar e cultural.

A sessão de abertura contou ainda com as participações do director da Universidade de Verão, o eurodeputado Carlos Coelho, do secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, e do deputado e líder da JSD, Hugo Soares.

Segundo dia

O segundo dia da Universidade de Verão começou com uma aula acerca de “Energia e Clima: o que não podemos adiar” com Carlos Pimenta. Defensor das energias renováveis, Pimenta considera que só podemos ter uma política ambiental sustentável se deixarmos de depender dos combustíveis fósseis – por isto, vê na mobilidade eléctrica uma oportunidade de desenvolvimento para Portugal. Carlos Pimenta frisou ainda os custos que isto poderá ter para a vida humana num futuro próximo. Esta foi uma aula em que o sentido de humor do orador conquistou cada um dos alunos, sensibilizando-os, em simultâneo, para a problemática do clima.

Após o almoço, foi a vez de Miguel Poiars Maduro e Rui Tavares se juntarem num debate oponente acerca da





“Clivagem Esquerda/Direita: ainda é importante?”. Numa renhida mas amigável discussão, Rui Tavares afirmou que a dicotomia Esquerda/Direita é tão importante como os pontos cardeais, pelo facto de ambos serem conceitos orientadores. O historiador e fundador do LIVRE fez ainda uma abordagem histórica dos dois conceitos, explicando como nasceram e o que representavam.

O ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional mostrou-se concordante com esta comparação, mas ressaltou que é necessário haver alternativas a esta visão mais tradicional, pois hoje esta clivagem é mais ambígua – por exemplo, no que diz respeito a costumes e moral. Para Poiães Maduro, estas denominações são pouco actuais e uma forma de identidade social, ao invés de política.

O dia terminou com a presença do Catedrático de Filosofia Social e Política, Daniel Innerarity, no segundo jantar-conferência. Considerado um dos 25 maiores pensadores do mundo pela revista “Le Nouvel Observateur”, Innerarity juntou-se à UV para falar acerca da governação no século XXI. Para o orador, as decisões devem ser tomadas a pensar no longo prazo, e é errado pensar em soluções para apenas uma legislatura. O catedrático acredita que, para uma boa governação, é imprescindível o poder político ser visto de forma menos oportunista e mais inteligente e estratégica. Relativamente à juventude, Innerarity frisou a importância da militância como uma forma de compromisso de tempo e uma oportunidade de formação que um dia será usada em prol da causa pública. Por fim, elogiou os alunos da Universidade de Verão e considerou-os “pessoas raras” pelo que acompanhou ao longo do dia e pelo trabalho constante que testemunhou em Castelo de Vide.

Terceiro dia

O dia de quarta-feira começou com a clássica aula “Falar Claro” de Carlos Coelho, acompanhado por Nuno Matias e Paulo Colaço. Foi uma aula interactiva, divertida e dinâmica sobre técnicas de comunicação, cujo objectivo é potenciar as competências comunicativas dos participantes a nível oral, escrito e gestual. Através da visualização de filmes, com o suporte de documentos de apoio e da abordagem de casos práticos, a comunicação em política foi detalhadamente analisada. Os alunos tiveram oportunidade de esclarecer dúvidas e partilhar experiências, de forma a obter ajuda para ultrapassar as dificuldades de comunicação que sentem. Esta aula será também importante para que os alunos tenham um bom desempenho nos trabalhos que apresentarão ao longo da semana.

À tarde foi a vez de Mónica Ferro falar acerca das actuais “Tensões no mundo: A guerra à porta da Europa?”. Fazendo uma análise ao conflito entre a Ucrânia e a Rússia, a especialista em Relações Internacionais considerou que foi errado o presidente ucraniano ter estreitado laços com a Rússia, em 2013, ao invés de se aproximar da União Europeia, e que este é o maior desafio de segurança que a Europa atravessa desde a guerra fria, após dez pacíficos anos. Relativamente à generalidade dos conflitos internacionais actuais, a Professora Universitária lembrou que, hoje em dia, a origem destes “choques” está muitas vezes relacionada com a escassez de recursos e que as questões ideológicas passaram a ter um papel preponderante, tendo as religiosas perdido protagonismo.

O dia terminou com um jantar-conferência com o ex-

-comissário europeu António Vitorino, que nos brindou com um sentido de humor único e descontraído. Fazendo uma abordagem ao crescimento de movimentos extremistas e populistas na europa, afirmou que a origem dos problemas europeus é, muitas vezes, a insuficiência das democracias nacionais. O ex-eurodeputado socialista não acredita numa solução federalista para a europa, mas sim que o poder de decisão deve pertencer à esfera de cada Estado-membro. Quanto a Portugal, António Vitorino confia nas qualidades de Carlos Moedas para se revelar um bom comissário europeu.

Quarto dia

A manhã de quinta-feira começou com uma aula subordinada à questão “O que temos de fazer para ter uma Economia Sustentável?” com Daniel Bessa. O docente começou por fazer uma abordagem à evolução da economia portuguesa nos últimos cinquenta anos, afirmando que, nesse, período de tempo, houve apenas dois momentos de crescimento. Para Daniel Bessa, Portugal tem potencial de crescimento nas áreas de saúde e doença e deve apostar no mar como recurso natural. Após o almoço, foi a vez de os alunos se tornarem oradores e apresentarem os trabalhos de grupo. Homenageando os 40 anos do PSD na história portuguesa, seleccionaram algumas das maiores realizações do partido desde a sua fundação, e cumpriram o desafio de lançar novas propostas para o futuro de Portugal. Estiveram em cima da mesa temas como a sustentabilidade da Segurança Social, a reestruturação das redes de Ensino e a instituição do voto obrigatório, entre outros. Todas as propostas e intervenções contaram com os comentários do eurodeputado Paulo Rangel.

Seguidamente, os alunos fizeram o habitual passeio turístico por Castelo de Vide. Em simultâneo, o Instituto Português do Sangue e da Transplantação esteve presente na UV para que os alunos pudessem dar sangue e, assim, contribuir para o aumento das reservas que estão, neste momento, em baixa no nosso país.

À noite, foi a vez de Leonor Beza falar sobre Francisco Sá Carneiro. Num discurso tocante e inspirador, a ex-ministra da Saúde e ex-Secretária de Estado da Segurança Social falou do homem que era Sá Carneiro – íntegro, respeitável e sempre eticamente correcto –, bem como da sua acção enquanto deputado que procurou mudar o regime de repressão em que se vivia a partir de dentro, reivindicando as liberdades, direitos e garantias então inexistentes. A actual presidente da Fundação Champalimaud respondeu ainda a algumas





perguntas dos alunos, abordando temas como a saúde e o financiamento da investigação em Portugal, questões sociais fracturantes e a sua experiência enquanto membro de anteriores Governos. O dia terminou com a divertida “gala do boneco”, em que os alunos puderam pôr à prova a sua criatividade num momento de descontração e lazer.

Quinto dia

O quinto dia da Universidade de Verão iniciou com uma temática que foi recentemente alvo de estudo por parte do PSD. Joaquim Azevedo, responsável pelo estudo, apresentou as suas principais conclusões acerca de como “promover a natalidade”. Para o Professor, é preciso que haja, em primeiro lugar, um compromisso social e político para colocar a questão da natalidade na agenda. Num país em que o índice de fecundidade se encontra em níveis muito baixos e se prevê que, em 50 anos, perca dois milhões de pessoas, Joaquim Azevedo alertou que o Estado não deve financiar os nascimentos, mas sim promover a justiça fiscal e criar condições para que os casais tenham filhos – seja através da flexibilização do mercado laboral, da oferta de ensino ou de mecanismos que promovam a igualdade de géneros, para que ambos os pais possam desempenhar um papel activo no crescimento da criança.

À tarde, foi a vez de Marcelo Rebelo de Sousa falar acerca de “Portugal e PSD: 40 anos em Democracia”. O ex-líder do partido começou por apontar os obstáculos à sua criação, contou histórias por si vividas aquando da fundação do PPD e lembrou o porquê de o PSD ter sido responsável pelas maiores reformas estruturantes em Portugal, nomeadamente as revisões constitucionais feitas até hoje. Para o futuro, considera imprescindível uma reforma do sistema eleitoral, de forma a aproximar as pessoas da política. Quanto ao PSD, Joaquim Azevedo antevê um partido que se mantenha pluralista, com uma boa capacidade de antecipação e que venha a ter uma maior participação das mulheres. Por fim, aconselhou os alunos a regerem-se por uma “pauta de valores” – não apenas na vida pessoal, mas também na política – sendo

humildes, fiéis, solidários e altruístas.

O dia terminou com um jantar-conferência com alguém que não se considera afecto à política, mas sim uma pessoa interessada que busca cultura e conhecimento autonomamente. Visionário no que à tecnologia e investigação diz respeito, António Murta veio partilhar uma visão pessoal acerca de como crê que será Portugal nos próximos vinte anos. Num discurso tocante e motivador, destacou aquelas que, para si, são as melhores qualidades dos portugueses e de Portugal: da simplicidade à simpatia, passando pela capacidade de “desenrasque”, Murta considera Portugal um país pequeno mas cheio de pessoas competentes e reconhecidas internacionalmente, apesar de passarem despercebidas cá dentro. Para o futuro, algumas das ideias que considera fulcrais são a reforma do sistema eleitoral, a defesa do Serviço Nacional de Saúde e a preservação da ciência e tecnologia e a sua transformação em economia.

Sexto dia

O penúltimo dia da Universidade de Verão começou com Maria Luís Albuquerque a falar sobre “Portugal no Euro: oportunidades e condicionamentos”. Explicou como foi a entrada para o euro, quais os benefícios que isso trouxe para o país e enumerou ainda alguns desafios para os próximos tempos. Relativamente à actual situação portuguesa, a ministra das Finanças fez questão de lembrar que Portugal tem ainda um compromisso com as instituições europeias e deve mostrar credibilidade para poder cumprir metas.

De tarde, os alunos fizeram a habitual simulação de assembleia. Desempenhando os papéis de governo e oposição, tiveram que mostrar o trabalho que desenvolveram ao longo da semana acerca de dez diferentes temáticas. As simulações tiveram discussões bastante acesas e foram consideradas de alto nível. A avaliar a



prestação de cada interveniente estiveram Carlos Coelho e Duarte Marques. A deputada Joana Barata Lopes e o deputado Nuno Matias presidiram aos trabalhos na mesa de assembleia.

O último jantar-conferência da XII Universidade de Verão teve como orador Jorge Moreira da Silva com o tema "Crescimento Sustentável". Para o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, é essencial apostar na área do conhecimento, na política industrial e no crescimento verde. Num momento em que se prevêem problemas devido ao aumento de consumos de energia, água e gás, é necessário retirar partido do nosso potencial nestas áreas e, assim, superar constrangimentos estruturais. O ministro referiu ainda que será necessário, de futuro, criar um quadro fiscal mais justo para beneficiar aqueles que têm preocupações ambientais e ecológicas, e lembrou que Portugal é o campeão das energias renováveis.

No fim da noite houve ainda tempo para uma surpresa: Teresa Azoia, fadista e conselheira da UV, brindou os alunos com uma sessão de fados. Os trabalhos da Universidade de Verão chegaram, assim, ao fim, tendo esta jornada de formação terminado no Domingo, dia 7, com a presença do Primeiro-Ministro e presidente do PSD, Pedro Passos Coelho.



Portugal irá contribuir com “material militar não letal” na futura força da NATO



O Primeiro-Ministro português declarou que a cimeira da NATO, que decorreu no País de Gales, reafirmou a relevância da Aliança Atlântica, que continua a querer “contribuir para a paz”. “A cimeira que agora termina provou que a NATO é uma aliança sólida e unida, com parceiros relevantes à volta da mesa, que contribui e quer continuar a contribuir para a paz, criando um ambiente próprio para as economias crescerem, um ambiente de segurança face à evolução da situação internacional”, declarou o chefe de Governo. Pedro Passos Coelho falava aos jornalistas portugueses em Newport, no País de Gales, no final de dois dias de trabalhos com temas como a Ucrânia ou o Afeganistão em cima da mesa. A cimeira de Gales que terminou “constituiu um marco extremamente importante para a Aliança Atlântica”, declarou ainda o governante, para quem “houve uma clara reafirmação da relevância da NATO e da actualidade do seu conceito estratégico”. As “múltiplas crises a ocorrer”, quer na “vizinhança leste, quer a sul” foram referidas pelo Primeiro-Ministro a propósito da força de intervenção rápida anunciada pelos membros da NATO.

Os membros da Aliança decidiram criar uma força de intervenção “muito reactiva” que possa ser destacada em poucos dias para qualquer lugar do mundo, comandada a partir de uma “presença permanente” no leste europeu. Essas decisões, apresentadas pelo secretário-geral da organização, Anders Fogh Rasmussen, como uma resposta à atitude da Rússia na Ucrânia e à ameaça do ‘jihadismo’, foram tomadas pelo Conselho do Atlântico Norte na Cimeira de Newport pelos líderes dos 28 países membros. “O momento de segurança que enfrentamos é mais imprevisível que nunca: a Rússia está a atacar a Ucrânia e há instabilidade no Médio Oriente e no norte de África. Em momentos como este, a NATO tem de estar preparada para se defender e aos seus aliados”, disse. Os quartéis-gerais da força de acção imediata terão a sua sede num dos aliados do leste da Europa, onde a Aliança Atlântica pretende manter “uma presença e actividade continuada” numa “base rotativa”. A Polónia, a Roménia e os países bálticos manifestaram-se dispostos a acolher essa força, que será integrada por forças terrestres, navais e aéreas e forças especiais. Rasmussen, que falava em conferência de imprensa, indicou que os aspectos militares dessa força de acção imediata têm ainda de



ser definidos. Na abertura do último dia da Cimeira, o Primeiro-Ministro britânico, David Cameron, anunciou que o Reino Unido vai contribuir com 3.500 efectivos para essa força multinacional. O presidente polaco, Bronislaw Komorowski, anunciou, por seu lado, que a Polónia vai acolher a próxima cimeira da Aliança Atlântica, em 2016.

Sobre a participação de Portugal na força de intervenção, o chefe de Governo diz que “é prematuro” dar agora uma “resposta clara” sobre a mesma, tendo o ministro da Defesa, José Pedro Aguiar-Branco, revelado que o “trabalho de desenvolvimento em relação às medidas que agora foram aprovadas vai acontecer até Fevereiro de 2015” e há portanto “tempo de preencher do ponto de vista de execução as medidas” aprovadas. “É natural que Portugal esteja também envolvido, como não pode deixar de ser, em todo o esforço aliado e o facto de haver

agora a criação de uma força de alta prontidão constitui um desafio extremamente relevante que implica não apenas a necessidade de rever orçamentos mas implica também uma grande capacidade para partilhar recursos, desde logo recursos humanos também”, declarou Passos Coelho. Portugal irá contribuir com “material militar não letal” considerando uma “lista de necessidades elaborada pelas autoridades de Kiev” (equipamento militar). Passos Coelho declarou ainda que Portugal será palco no próximo ano, em conjunto com Espanha e Itália, do exercício militar da NATO Trident Juncture.

Passos Coelho falou no final dos trabalhos ladeado pelos ministros da Defesa, Aguiar-Branco, Negócios Estrangeiros, Rui Machete, e pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), Artur Pina Monteiro.



A Cimeira da NATO em Cardiff

O Primeiro-Ministro português, Pedro Passos Coelho, participou nos dias 4 e 5 de Setembro, na Cimeira da NATO, em Cardiff, no País de Gales, que teve como tópicos dominantes o futuro Afeganistão, a crise na Ucrânia, as novas ameaças, o fortalecimento das forças armadas e as parcerias estratégicas. Os trabalhos da Cimeira arrancaram ao início da tarde da quinta, com uma reunião de chefes de Estado e de Governo, sobre o Afeganistão e uma cerimónia de homenagem aos militares que participam nas operações no país. De seguida, teve lugar uma reunião sobre o conflito na Ucrânia. O primeiro dia de trabalho ficou concluído com um “cocktail” oferecido pelo Príncipe de Gales aos chefes de Estado e de Governo, ainda antes do jantar de trabalho dos líderes da NATO. Na sexta-feira, o primeiro ponto da agenda foi a observação de um espectáculo aéreo de aparelhos dos Estados membros da NATO, a que se seguiu a primeira sessão da reunião do Conselho do Atlântico Norte. Antes da segunda sessão da reunião teve lugar o almoço dos chefes de Estado e de Governo e no final decorreu a habitual conferência de imprensa nacional (com o Primeiro-Ministro português a apresentar as conclusões da cimeira com impacto para o nosso país).



Emissão de dívida confirma “credibilidade” na realização de reformas



O porta-voz do PSD, Marco António Costa, afirmou, dia 3, que o “inequívoco sucesso” da operação de emissão de dívida portuguesa a 15 anos é “um reconhecimento da credibilidade do país, face ao exterior e aos mercados financeiros”. “É um reconhecimento da credibilidade do país, face ao exterior e aos mercados financeiros, atestando a validade das políticas reformistas que têm vindo a ser postas em práticas por este executivo”.

O vice-presidente social-democrata considerou que o “inequívoco sucesso” da operação, conjugada com a subida de 15 lugares de Portugal no ‘ranking’ mundial da competitividade, devia fazer o PS interromper a sua disputa interna, para tecer um comentário. “Desde 2008, ou seja, há seis anos, que Portugal não dispunha de capacidade e credibilidade para emitir dívida a tão longo prazo. A presente oferta constitui um sucesso, uma vez que a procura mais do que duplicou a oferta, atingindo um valor total de 8 mil milhões de euros”, declarou.

Marco António Costa frisou que “em resultado desta resposta tão positiva dos mercados, a oferta total foi aumentada de 3 para 3 mil e 500 milhões de euros por parte do Estado português” e a “taxa de juro ficou nos 3,8%, abaixo do teto de 4% inicialmente previsto”.

“A presente operação segue-se a várias operações de curto e médio prazo que foram igualmente um sucesso ao longo último ano. Mesmo tendo-se realizado desde 2013 várias emissões a 10 anos, a maturidade a 15 anos reafirma, sem margem para dúvidas, uma inequívoca confiança dos mercados nos títulos da República”, afirmou, considerando que, conjugada com a subida de 15 lugares de Portugal no ‘ranking’ da competitividade, mostra que o país “está a iniciar um novo ciclo económico”.

Declaração do Coordenador da Comissão Política Nacional do PSD

«Hoje, Portugal completou com sucesso mais uma relevante etapa no regresso a mercados financeiros.

A operação de colocação de dívida pública pela emissão de Obrigações de Tesouro a 15 anos foi um inequívoco sucesso.

Desde 2008, ou seja, há seis anos, que Portugal não dispunha de capacidade e credibilidade para emitir dívida a tão longo prazo.

A presente oferta constitui um sucesso, uma vez que a procura mais do que duplicou a oferta, atingindo um valor total de oito mil milhões de euros.

Em resultado desta resposta tão positiva dos mercados, a oferta total foi aumentada de três para três mil e quinhentos milhões de euros.

A taxa de juro ficou nos 3,8 por cento, ou seja abaixo do tecto de quatro por cento inicialmente previsto.

Esta taxa compara com a emissão de 2008, que atingiu o valor de 4,9, ou seja, em 2008 o mercado exigiu mais 1,1 por cento de juros.

A presente operação sucede-se a várias emissões de curto e médio prazo com igual sucesso.

E mesmo tendo-se realizado, desde 2013, várias emissões a dez anos, a maturidade a quinze anos reafirma, sem margem para dúvidas, uma inequívoca confiança dos mercados nos títulos da República.

A presente emissão é um reconhecimento da credibilidade do País face ao exterior e aos mercados financeiros, atestando a validade das políticas reformistas que têm vindo a ser postas em prática por este executivo.

Esta emissão coincide com a apresentação do Ranking do Fórum Económico Mundial, onde, como é sabido, Portugal conquistou 15 lugares e obteve um conjunto de resultados muito positivos em sectores chave da actividade económica e social.

Portugal registou a maior subida entre as economias avançadas e a terceira maior subida em termos totais [Argélia e Roménia].

Todos estes factores atestam que Portugal está a iniciar um novo ciclo económico, baseado na competitividade e na inovação, recolocando-se na rota do crescimento.

A tudo isto importa agora acrescentar que cabe ao maior partido da oposição ter oportunidade de interromper, nem que seja por dois minutos, a sua disputa interna e comentar o sucesso da operação de colocação de dívida a quinze anos por parte do estado português.»

Portugal sobe 15 posições na competitividade

Portugal subiu 15 lugares e ocupa o 36.º lugar no “ranking” mundial de competitividade de 2014-2015, divulgado pelo Fórum Económico Mundial, recuperando de uma queda que se verificava desde 2005, com excepção de 2011. O “ranking” mundial de competitividade continua a ser liderado pela Suíça, seguida por Singapura. Estados Unidos, que subiram dois lugares, Finlândia e Alemanha, que desceram uma posição cada um, ocupam o terceiro, o quarto e o quinto lugares da tabela.

Portugal surge no 36.º lugar do ‘ranking’, invertendo uma tendência de queda que se verificava desde 2005, quando o país alcançou o 22.º lugar. O país caiu na tabela durante vários anos, à excepção de 2011, quando subiu uma posição, e no relatório divulgado no ano passado ocupou o 51.º lugar.

No caso português, o Fórum destaca que “o ambicioso programa de reformas adoptado pelo país parece começar a dar bons resultados”, considerando, no entanto, que Portugal “não deve ser complacente e deve continuar com a implementação completa” dessas reformas, de modo a combater “as preocupações macroeconómicas persistentes”. Na verdade, o contexto macroeconómico (a dívida pública portuguesa é a 6.ª pior entre os 144 países analisados), o desenvolvimento do mercado financeiro e a eficiência do mercado de trabalho receberam as pontuações mais baixas no ‘ranking’.

Para o Fórum, a burocracia, a carga fiscal e o acesso ao financiamento são os três factores “mais problemáticos” para o desenvolvimento de negócios. Entre os pontos positivos estão as infra-estruturas (Portugal é o segundo país do ‘ranking’ com a melhor qualidade das estradas), o ensino primário e superior (as escolas de gestão ocupam o 4.º lugar na tabela) e a preparação tecnológica.

A perspectiva portuguesa do relatório do Fórum Económico Mundial é apresentada esta manhã, em Lisboa pela Associação para o Desenvolvimento da Engenharia e pelo Fórum de Administradores de Empresas, num evento



que conta com a intervenção do ministro da Economia, António Pires de Lima.

Subida traduz “confiança” de mercados e observadores

O PSD entende que a subida de Portugal de 15 lugares no ‘ranking’ da competitividade é “um sinal de confiança” no “percurso de reformas” do Governo por parte dos mercados e observadores internacionais. “Significa que temos um sintoma extremamente relevante dos mercados internacionais, dos observadores internacionais em

relação ao percurso de reformas que esta maioria e este Governo têm vindo a seguir nos últimos anos”, afirmou aos jornalistas no parlamento o vice-presidente da bancada do PSD Carlos Abreu Amorim. Para Abreu Amorim, esta subida é “um sinal de confiança” que transmite uma mensagem “muito clara”, de continuação da “lógica de reformas e de transformação do modelo económico”.

“Temos que corrigir os pontos negativos que ainda hoje subsistem. A última coisa que devemos fazer é anunciar ao país e ao mundo que eventualmente estamos a pensar em recuar naquilo que nos fez inverter essa mesma tendência”, declarou.

Economia cresce 0,6 por cento no 2.º trimestre

O gabinete de estatísticas da União Europeia divulgou, dia 5 de Setembro, a segunda estimativa do PIB dos 18 países da zona euro e dos 28 países da UE, confirmando dados já anteriormente divulgados. O PIB da zona euro (corrigido de variações sazonais) registou um crescimento nulo entre Abril e Junho face ao trimestre anterior, enquanto o do total da UE avançou 0,2 por cento, na comparação em cadeia. No primeiro trimestre deste ano, o PIB tinha aumentado 0,2 por cento na zona euro e 0,3 por cento na UE. Já face ao mesmo trimestre do ano anterior, o PIB dos 18 países que partilham a moeda única cresceu 0,7 por cento e o dos 28 países da UE avançou 1,2 por cento. No primeiro trimestre, em termos de comparação homóloga, tinham crescido 1 e 1,4 por cento, respectivamente.

A economia portuguesa cresceu 0,6 por cento no segundo trimestre face ao primeiro, confirmando a estimativa rápida já conhecida. Relativamente a outros Estados-membros, os maiores crescimentos em cadeia no segundo trimestre foram os de Malta (1,3 por cento), Letónia (1 por cento) e Lituânia, Hungria e Reino Unido (0,8 por cento cada um). Já as maiores quedas pertenceram à Roménia (1 por cento), Dinamarca e Chipre (0,3 por cento cada), assim como Alemanha e Itália (0,2 por cento).

Já na segunda-feira, numa reacção ao crescimento da economia portuguesa, que aumentou 0,9 por cento do PIB no segundo trimestre deste ano face a igual período de 2013, o porta-voz do PSD, manifestou “moderada satisfação”. “Os números agora conhecidos comprovam esse sentido de crescimento da nossa economia e o facto de a economia estar a revelar-se robusta sob o ponto de vista do seu crescimento”, afirmou, em declarações aos jornalistas, no Porto, Marco António Costa. Segundo o coordenador do PSD, tendo em conta que os dados do INE foram projectados de acordo com um novo sistema estatístico, o PSD tem sempre “uma atitude de moderação relativamente a esta matéria” e torna-se importante “observar nos trimestres seguintes o comportamento do investimento”. “Estes sinais da economia são motivos para estarmos atentos mas também confiantes para o futuro”, sublinhou.



PSD pede reunião sobre natalidade



O PSD pediu à Presidência da República, ao Parlamento, ao Governo, aos partidos políticos, parceiros sociais e outras entidades uma reunião formal sobre a temática da natalidade, no seguimento do estudo apresentado pela respectiva comissão independente. “O PSD encontra-se assim, a solicitar a órgãos de soberania, aos partidos políticos com assento parlamentar, aos parceiros sociais e a várias Instituições da sociedade civil uma reunião, que permita uma partilha de ideias e impressões acerca do tema e do conteúdo do relatório”, lê-se em carta do porta-voz social-democrata, Marco António Costa, hoje divulgada.

O coordenador do PSD, cuja missiva foi também enviada à Conferência Episcopal, considerou que “a questão da natalidade é fundamental e estrutural para o futuro do país”. “Tal como a comissão independente (nomeada pelo PSD) faz referência no relatório, uma política pública de promoção da natalidade deve ser integrada e participada por toda a sociedade, motivando-a a um amplo consenso, uma vez que está em jogo o nosso futuro colectivo como nação. Todos os atores políticos, sociais e económicos devem-se articular e dialogar com o intuito de criar um compromisso a longo prazo em que, acima de tudo, se removam os obstáculos à fecundidade desejada”, continua o texto.

O relatório “Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035) - remover os obstáculos à natalidade desejada” foi coordenado pelo professor universitário Joaquim Azevedo e apresentado em Julho.

Entre as suas recomendações encontra-se uma redução de 1,5 por cento na taxa de IRS para casais com um primeiro filho e de 2 por cento para o segundo filho e seguintes, além da possibilidade de trabalho parcial durante um ano com direito à totalidade do salário e a baixa do imposto sobre veículos e do IMI para famílias numerosas.

Carta dirigida a Órgãos de Soberania, Partidos Políticos com assento Parlamentar, Parceiros Sociais e várias Instituições da Sociedade Civil

«No último Congresso Nacional do PSD, realizado em Fevereiro deste ano, perante o agravamento da situação de sustentabilidade demográfica que o país enfrenta, o Presidente do Partido, Dr. Pedro Passos Coelho, anunciou a criação de uma Comissão Independente, responsável por apresentar um estudo para uma Política de Natalidade em Portugal.

No estudo apresentado dia 15 de Julho, e que se encontra disponível em www.psd.pt, reforça-se o facto do Índice de Sintético de Fecundidade (ISF) – que traduz o número médio de nados vivos/mulher durante o seu período de fertilidade - encontrar-se em redução desde o início da década de 80, situando-se hoje próximo de 1.21, quando a sustentabilidade fica assegurada para um índice de 2.1. As projecções para 2060 apresentadas pelo INE apontam para valores mínimos de 6.3 milhões de habitantes no pior cenário, sendo que a evolução da população portuguesa, sabe-se hoje, se tem posicionado num nível inferior ao deste cenário. A par desta situação, verifica-se uma alteração da estrutura da população portuguesa residente com peso acrescido das gerações mais idosas, o que lança novos desafios ao modelo de organização social. Aliás, importa recordar que ainda recentemente, a propósito do ano europeu para o envelhecimento activo, estas políticas foram alvo de profunda reflexão. Importa ainda salientar um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos que revela um desejo íntimo dos portugueses em terem um número médio de filhos superior ao valor de referência para a substituição de gerações. Ou seja, existe na sociedade portuguesa um potencial volitivo capaz de promover uma inversão desta trajectória negativa sendo para isso altamente relevante a tomada urgente de decisões.

A discussão do presente tema tem por norma um

enfoque mediático sobre as matérias de natureza fiscal mas, na verdade, a par destas existem outras matérias igualmente importantes como são as da organização do mercado laboral, da oferta de serviços públicos e sociais já existentes mas que precisam de ver simplificado o acesso aos mesmos para que se garanta a efectiva fruição de grávidas, crianças e famílias. Será igualmente relevante para a definição de uma estratégia de médio prazo o adequado aproveitamento do quadro comunitário Portugal 2020 no intuito de se desenvolver um conjunto articulado de iniciativas que mobilizem a sociedade portuguesa para um clima mais favorável e propício ao fomento da natalidade.

É portanto nossa convicção que a questão da natalidade é fundamental e estrutural para o futuro do País. Tal como a Comissão faz referência no relatório, uma política pública de promoção da natalidade deve ser integrada e participada por toda a sociedade, motivando-a a um amplo consenso, uma vez que está em jogo o nosso futuro colectivo como Nação. Todos os actores políticos, sociais e económicos devem-se articular e dialogar com o intuito de criar um compromisso a longo prazo em que, acima de tudo, se removam os obstáculos à fecundidade desejada.

O PSD encontra-se assim, a solicitar a Órgãos de Soberania, aos Partidos Políticos com assento parlamentar, aos Parceiros Sociais e a várias Instituições da Sociedade Civil uma reunião, que permita uma partilha de ideias e impressões acerca do tema e do conteúdo do relatório, juntamente com os elementos da Comissão e redactores do referido relatório. Gostaríamos de apresentar as conclusões deste estudo e recolher contributos e sugestões da Instituição a que V.Exª preside.

Certo da melhor atenção e aceitação para o exposto, apresento os meus melhores cumprimentos,

Marco António Costa

(Vice-Presidente Coordenador do PSD)»

Manter a disciplina orçamental no futuro

A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, entende que é um “imperativo” manter a disciplina orçamental no futuro, afirmando que os compromissos internacionais e a necessidade de reduzir a dívida “vão muito além de 2014”. Na sua intervenção inicial na discussão do segundo orçamento rectificativo de 2014, que decorreu dia 4, na Assembleia da República, a ministra afirmou que esta proposta “assegura o cumprimento do limite do défice para este ano [4%] sem recurso a medidas de consolidação orçamental adicionais”. “Ainda assim, é importante termos presente que os compromissos orçamentais e a necessidade de reduzir o nível de dívida pública vão muito além de 2014”, afirmou Maria Luís Albuquerque, considerando ser “imperativo manter a disciplina orçamental no futuro”.

A pouco mais de um mês do prazo limite para a apresentação do Orçamento do Estado para o próximo ano, a governante considerou ser “fundamental” manter a disciplina “com a mesma determinação dos últimos três anos”.

“A sustentabilidade das finanças públicas não pode ser uma preocupação apenas em períodos de emergência, tem de ser um objectivo permanente sob pena de perda de credibilidade e confiança acumuladas”, sublinhou. Sobre este orçamento rectificativo, a ministra admitiu que estão contempladas um conjunto de operações que “poderão ter impacto contabilístico no saldo orçamental”, mas que “não foram contabilizados na conta das administrações públicas”.

A ministra justificou que estas operações, como a recapitalização do Novo Banco, “dependem ainda da avaliação das autoridades estatísticas” e da adopção do novo Sistema Europeu de Contas.

No entanto, “o impacto das operações no ‘stock’ da



dívida pública já foi tido em conta na nova estimativa apresentada para o final de 2014”, de 130,9% do Produto Interno Bruto (PIB). “Este efeito é na verdade o principal factor na origem da ligeira revisão em alta apresentada”,

justificou.

Os deputados da maioria PSD-CDS/PP aprovaram a segunda rectificação ao Orçamento do Estado para 2014, com os votos contra de toda a oposição.

Conselho de Ministros de 4 de Setembro de 2014

1. O Conselho de Ministros aprovou os regimes jurídicos aplicáveis à produção de electricidade destinada ao autoconsumo, através de unidades de produção para autoconsumo, e à produção de electricidade para venda à rede eléctrica de serviço público (RESP) a partir de recursos renováveis e por intermédio de unidades de pequena produção.

A pequena produção, mantendo os traços gerais estabelecidos na legislação até aqui em vigor, passa a beneficiar de um enquadramento legal único.

As actividades de produção distribuída - de pequena produção e em autoconsumo - regem-se por disposições comuns no que respeita ao seu controlo prévio e aos direitos e deveres dos promotores, e por normas específicas que acolhem as vicissitudes inerentes a cada uma das modalidades.

O regime da pequena produção permite ao produtor vender a totalidade da energia eléctrica à RESP com tarifa atribuída com base num modelo de licitação, em que os concorrentes oferecem descontos à tarifa de referência, eliminando-se o regime remuneratório geral previsto nos anteriores regimes jurídicos de miniprodução e de microprodução.

Prevê-se ainda a medição da energia eléctrica produzida em unidades de produção de autoconsumo, com ou sem ligação à RESP, que se revela fundamental para efeitos de monitorização do cumprimento dos objectivos assumidos para a utilização de fontes primárias de energia renovável.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que determina a conclusão da 2.ª fase de reprivatização da CTT - Correios de Portugal, S.A, tendo por objecto um lote composto pelas acções representativas de 30% do capital social da empresa.

A esse lote de 30% acresce a venda de um lote de acções já privatizadas representativas de 1,5% do capital da CTT e detidas pela PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A.

A PARPÚBLICA deverá proceder à dispersão desse lote de acções mediante uma ou mais vendas directas dirigidas a investidores nacionais ou estrangeiros, incluindo investidores institucionais.

Em função dos termos que se revelem mais adequados para maximizar o encaixe financeiro com a alienação, a modalidade de alienação pode concretizar-se, nomeadamente, através de oferta particular por processo de colocação acelerada ou por venda competitiva de um ou mais blocos de acções que integram o lote de acções a alienar, com aplicação do critério de atribuição que mais convenha à PARPÚBLICA e que seja objecto de acordo com a entidade ou as entidades adquirentes.

3. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece o período até ao qual podem ser adoptadas decisões de concessão de apoios do Estado, no âmbito sistemas de incentivos ao investimento nas empresas, em conformidade com as normas europeias da concorrência em matéria de auxílios estatais.

É, assim, acolhida a flexibilização permitida por um Regulamento recentemente aprovado pela União Europeia, que possibilita a adopção de novas decisões de atribuição de apoios até à data limite de 31 de Dezembro de 2014.

4. O Conselho de Ministros aprovou, no âmbito do regime jurídico das instituições de ensino superior, a uniformização dos critérios necessários para o título de especialista.

São, assim, fixados os termos em que se considera satisfeito o requisito de composição do corpo docente das instituições de ensino superior politécnico, que integra especialistas.

5. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara, modificando a delimitação da Reserva Ecológica Nacional dos concelhos de Odemira e de Ourique.

Esta alteração visa adequar a ocupação das áreas com vocação para a instalação de novos empreendimentos turísticos da albufeira de Santa Clara à dinâmica de desenvolvimento turístico emergente para o local, respeitando a capacidade máxima de carga estipulada, bem como a área de ocupação prevista, do ponto de vista de localização.

6. O Conselho de Ministros nomeou dois novos membros para o cargo de administrador do Banco de Portugal, em substituição dos dois administradores que cessaram os respectivos mandatos.

A insustentabilidade da segurança social coloca em crise a vida das pessoas



O líder parlamentar do PSD repetiu o desafio que o Primeiro-Ministro dirigiu ao PS para “acordar para o futuro as bases de uma reforma para a Segurança Social”. Antes, o secretário de Estado da Segurança Social, Agostinho Branquinho, tinha argumentado que esta não é uma matéria ideológica. Luís Montenegro sugeriu, então, que o PS aproveitasse esta fase de eleições internas para que os candidatos dissessem “o que pensam sobre a sustentabilidade da Segurança Social”.

“Este não é um problema de um Governo. Era importante que os candidatos a líder do PS pudessem dizer ao país o que pensam sobre uma das questões mais importantes para o futuro do país. O que pensa o Dr. António Costa e o Dr. António José Seguro da sustentabilidade da Segurança Social?”, afirmou o presidente do grupo parlamentar do PSD.

Lembrando as várias medidas tomadas pelo Executivo para acautelar o futuro, o social-democrata lançou o desafio a todos os agentes políticos para que se possa fazer um debate sério e profundo sobre este problema. “Não se trata de um capricho do Governo, é um problema do país, das pessoas, da economia do futuro e dos jovens deste país. Por isso desafiamos de forma clara e democrática todos os partidos, em especial o PS, para uma reforma que traduza e garanta a sustentabilidade da segurança social”.

Durante o debate, o PS não respondeu ao desafio lançado, optando por criticar as decisões do Governo que depois do acórdão do Constitucional sobre a Contribuição Extraordinária de Solidariedade optou por um corte nas pensões.

Orçamento garante que Portugal vai cumprir as metas sem aumento de impostos

No final do debate sobre o orçamento rectificativo, Virgílio Macedo realçou que este orçamento vai de encontro às exigências do acórdão do Tribunal Constitucional do passado mês de Maio, as quais tiveram um impacto significativo ao nível do incremento da despesa pública, estimado em cerca de 0,5 por cento do PIB. Além disso, este também é um documento que além de garantir a meta do défice público em 4 por cento para 2014, reflecte os novos dados e perspectivas para a economia portuguesa, nomeadamente, prevê um crescimento económico de 1 por cento no ano de 2014, quando o orçamento inicial para o ano de 2014, estimava em 0,8 por cento e revê ainda, em baixa, a taxa de desemprego, fixando-a em 14,2 por cento, quando o previsto inicialmente era de 17,7 por cento. Contudo, refere o social-democrata, a notícia mais relevante para os portugueses é que consegue-se manter a meta do défice público, através da revisão os tectos orçamentais da despesa, não havendo necessidade de efectuar qualquer aumento de impostos adicional. “Ou seja, fica provado que, como sempre foi dito, este Governo é, sempre foi, e será ideologicamente contra o aumento de impostos. Como sempre foi afirmado, o aumento de impostos é, e será sempre a última e derradeira medida de consolidação orçamental a implementar pelo Governo, e só depois de esgotadas todas outras possibilidades. Para que todos os partidos de oposição ouçam, repito: este orçamento rectificativo garante que Portugal vai cumprir as metas orçamentais previstas para 2014 e não vai haver mais nenhum aumento de impostos”.

Após elencar algumas das boas notícias que surgiram nos últimos meses, como a diminuição da taxa de desemprego, Virgílio Macedo afirmou que estamos perante excelentes notícias para os portugueses e perante dados que vêm contrariar o discursos dos arautos da desgraça, os partidos da oposição, “que parecem ser verdadeiras aves agoirentas que querem que tudo corra mal a Portugal e aos portugueses, para eles terem razão”. “Mas vão ter que ter paciência. A vossa vontade, não está, e não vai ser cumprida, e os portugueses, no final, conseguirão tirar o país do abismo em que o PS o deixou. Este orçamento rectificativo é assim só mais um passo para cumprir esse objectivo”, concluiu.



PSD pede melhoria do transporte marítimo de passageiros para a ilha do Corvo

O líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, defende a necessidade de as “autoridades regionais” introduzirem melhorias no transporte marítimo de passageiros para a ilha do Corvo, a mais pequena da região. Uma necessidade que o dirigente social-democrata, que é também líder parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa dos Açores, apontou após uma reunião com o presidente da Câmara Municipal de Vila do Corvo, no âmbito das jornadas parlamentares que o partido está a realizar no grupo ocidental do arquipélago entre hoje e terça-feira. “Há um conjunto de acções que é necessário serem tomadas, com vista a melhorar o transporte marítimo de passageiros de e para a ilha do Corvo”, sublinhou Duarte Freitas, recordando que esta matéria que tem merecido “severas críticas” por parte dos habitantes locais.

Os deputados do PSD na Assembleia Legislativa dos Açores reunirão também, no âmbito destas jornadas, com os presidentes das câmaras de Santa Cruz e das Lajes das Flores e ainda com os representantes dos pescadores e dos agricultores das duas ilhas. “O nosso objectivo é analisar a realidade económica e social local e perceber os problemas que existem nas duas ilhas, e também tentar perceber qual o impacto que a crise está a ter nestes locais”, realçou.

A desertificação e o envelhecimento da população nas ilhas mais pequenas e periféricas dos Açores são dos problemas que mais preocupam os deputados do PSD no parlamento açoriano, estando em análise nestas jornadas parlamentares. Na ilha do Corvo vivem cerca de 400 pessoas, enquanto a população das Flores ronda os 3.800 habitantes, segundo os censos de 2011.



Incompetência do governo regional na gestão de resíduos



O PSD/Açores considera a estratégia do Governo regional para o sector dos resíduos como “um acto falhado”, acusou o deputado Luís Rendeiro. Depois da recente audição do secretário Regional da Agricultura e Ambiente em sede de comissão parlamentar, “ficou visto que os atrasos na calendarização do PEGRA (Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos dos Açores) se devem à incompetência do anterior governo e à incapacidade do actual em corrigir esses erros”, afirmou.

“Vivemos um impasse, fruto dos sucessivos atrasos nas medidas que visavam implementar, à escala regional, um adequado tratamento e valorização dos resíduos produzidos dos Açores. E a responsabilidade é unicamente do Governo Regional”, frisou o social-democrata.

Luís Rendeiro avança que “o PEGRA deveria estar concluído desde 2013. Em vez disso, hoje temos centrais novas de triagem e valorização de resíduos, que custaram muitos milhões, não funcionam e têm já alguma degradação, pois os respectivos concursos de exploração arrastam-se pelos tribunais, como são os casos do Pico e de São Jorge”.

Segundo o deputado, “o Governo Regional tem de ser mais competente e resolver de vez o impasse que a sua inacção criou. Os atrasos na implementação do PEGRA aumentam os passivos ambientais dos Açores, prejudicam a saúde pública, a sustentabilidade e a qualidade ambiental que queremos ter como imagem de marca das nossas ilhas”, realçou.

Luís Rendeiro recorda que “estão por construir as centrais de valorização energética de resíduos da Terceira e de São Miguel, sendo que esta última não saiu ainda da fase de projecto. E ainda nunca se decidiu o que fazer aos materiais resultantes da rede de abate dos Açores e aos restos da indústria do atum, continuando também sem tratamento as carcaças dos animais que morrem nas explorações agrícolas”.

“Há vários municípios onde não se implementou a recolha diferenciada dos resíduos, pois o governo criou as regras mas não se articulou com as câmaras para aferir se havia os meios para cumprir o disposto no PEGRA. O transporte dos resíduos não tratados para as ilhas que terão centrais continua a ser uma operação desconhecida”, acrescentou.

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

EDITORIAL

Defendemos, há meses, neste local, a necessidade de um diálogo frequente a nível político, parlamentar e governamental entre o PS e o PSD, para a estabilidade da coligação.

Um projecto de mudança da sociedade portuguesa, visando a sua modernização e integração na Europa, como o que sempre propusemos, contém em si mesmo uma dinâmica de alteração de fundo que fere hábitos, situações estabelecidas, comodismos e interesses.

Lutando simultaneamente em várias frentes — a do conservadorismo tradicional, a dos privilégios adquiridos por uma nova classe nascida do 11 de Março e a da demagogia daqueles que anunciaram em falsos chavões políticos a cura de todos os males de que padecia a sociedade — o Governo e a maioria, nascidos da coligação, teriam de prestar o máximo cuidado ao desenvolver quotidiano da sua actividade.

A firmeza do PSD, chamando permanentemente a atenção para a necessidade da concretização das reformas de que Portugal carecia e a veemência posta por alguns órgãos partidários por políticos responsáveis e por simples militantes na promoção daquilo que Mota Pinto veio designando por reformas estruturais, assentava na análise do ambiente político português e na certeza de que a coligação perderia sentido se não se entregasse rapidamente a executar tais medidas.

Congratulamo-nos, por isso, com a iniciativa da cimeira entre o PS e o PSD. Há, no entanto, que distinguir entre aquilo que constitui o objectivo da coligação — governar com estabilidade, promovendo as reformas de que Portugal carece — e a estratégia política tendente à definição e clarificação do Estado Português.

As eleições presidenciais e autárquicas inserem-se num contexto mais vasto, onde cada Partido deve desenvolver a sua própria concepção e onde as estratégias diferenciadas são claramente possíveis, quando não ponham em riscos os objectivos enunciados.

Quando o PSD reclama uma posição autónoma nas presidenciais age em concordância com a lógica e com o acordo inicial que expressamente previa essa possibilidade.

Tal como fez o PS — em órgãos do Partido ou em declarações — quando promoveu o lançamento da sua candidatura partidária.

Nesta área só são admissíveis os limites resultantes da salvaguarda do regime e da indispensável estabilidade da coligação. Uma candidatura saída de qualquer dos Partidos que a compõem oferece obviamente todas as garantias de defesa daqueles valores.

Quanto às eleições autárquicas, o acordo interpartidário é intencionalmente omissivo, de certo por se ter reconhecido que o tema não possuía incidência nos objectivos da coligação. Para nós, a liberdade de acção das comissões políticas locais tem sido uma constante, por se entender que é nessa área que melhor podem ser analisadas as realidades e necessidades de funcionamento dos órgãos de Poder Local. Um Partido que respeita, antes de mais, a vontade das suas bases não podia ser centralizador precisamente naquele domínio onde a autonomia e capacidade locais constituem a essência do municipalismo.

Se houver o cuidado e a vontade de compreendermos ambas as características de cada um dos Partidos que compõem a coligação, se lhe conferirmos objectivos precisos, em diálogo permanente, poderemos ultrapassar as divergências que forem surgindo.

O empenhamento do PSD na estabilidade da coligação e a confiança na sua capacidade para a resolução dos grandes problemas do País não será hoje, como não foi antes, regateado.

Mas não podemos perder mais tempo. O País reclama e a situação impõe maior celeridade e mais determinação no cumprimento dos deveres que assumimos perante os portugueses. Saibamos pois, corresponder à confiança que em nós depositaram.

SÁ CARNEIRO PRESENTE



Assinalando o quarto aniversário da morte de Sá Carneiro, realizaram-se por todo o País, por iniciativa das diversas estruturas do PSD, cerimónias religiosas e cívicas. Em Lisboa, organizada pela Comissão Permanente Distrital decorreu uma romagem ao Cemitério do Alto de S. João (na gravura) tendo também estado presentes o Secretário-Geral do PSD, Antunes da Silva, e outros dirigentes nacionais.

No dia do 4.º Aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro, o Partido Social Democrata presta comovida homenagem ao seu fundador e líder inesquecível, convidando todos os sociais democratas a reflectirem de modo muito especial sobre a sua vida e a acção política, que são um exemplo e uma lição para todos os portugueses.

Assim, teremos a força necessária para continuar a sua obra, lutando com a indispensável lucidez, determinação e coragem pela construção de um Portugal mais livre, mais justo, mais próspero e mais fraterno.

O seu objectivo, que permanece o nosso, será sempre o de promover a melhoria das condições de vida dos cidadãos e a adopção urgente das reformas de que o país carece para

a regeneração e modernização da vida económica e social dos portugueses.

Como fiéis depositários da sua herança política e intelectual, garantiremos, com entusiasmo e determinação, ao povo português, que tudo faremos para que o seu exemplo de HOMEM, de ESTADISTA e de PATRIOTA se concretize em acções capazes de promover o bem-estar e o respeito dos portugueses.

A esperança que Sá Carneiro protagonizou e soube transmitir não morreu. Continua ao nosso alcance.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1984.

A Comissão Permanente do PSD

V CONSELHO NACIONAL 84 (EXTRAORDINÁRIO) CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para reunir extraordinariamente nos dias 8 e 9 de Dezembro, com início às 10 horas no Hotel Estoril-Sol, em Cascais, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Situação partidária
2. Situação política nacional — Evolução da situação face à estratégia presidencial aprovada em Conselho Nacional.
3. Governo — Orçamento do Estado para 1985.
4. Referendo interno.
5. Relações internacionais.

Lisboa, 30 de Novembro de 1984.

O presidente da Mesa do Conselho Nacional
Leonardo Ribeiro de Almeida

REFORÇANDO ESTRATÉGIA DOS TSD

**SINDICALISTAS
SOCIAIS DEMOCRATAS
TOMAM POSIÇÃO
FACE À REVISÃO
DAS LEIS DE TRABALHO,
DESEMPREGO
E SALÁRIOS EM ATRASO**

PÁGINA 2



A nova banca

Jaime Quesado (*)

A recente situação do BES veio demonstrar que mais do que nunca a Banca tem que assumir um novo papel central na Economia Portuguesa. Depois de cumprido em termos formais o período de ajustamento financeiro, as Autoridades Portuguesas têm que ser firmes na definição de uma “Agenda de Mudança” que mobilize os agentes empresariais e outros para as reestruturações que têm que ser levadas a cabo. Ou seja. Os agentes empresariais, para utilizar a feliz expressão de Ram Charan recentemente em Lisboa, “têm que reinventar a sua missão, alterar a estrutura de financiamento e projectar novos produtos e serviços para o futuro”.

Esse “Contrato de Confiança” entre o Sistema Financeiro e o Sistema Empresarial não pode de forma alguma assentar unicamente numa definição formal por decreto avalizada pelas Autoridades Centrais – têm que se materializar na operacionalização efectiva de acções concretas no dia-a-dia da actividade económica, centradas na activação dos circuitos em que assenta a cadeia de valor da criação de riqueza e que envolve todos aqueles que conseguem acrescentar uma componente de diferenciação qualitativa na concepção de novos produtos e serviços - a Banca tem que saber assumir de forma objectiva o seu papel de Parceiro Operacional activo neste projecto colectivo de reinvenção da Economia Portuguesa e da sua capacidade de afirmação internacional.

São sobretudo duas as áreas que exigem uma intervenção sistémica – profunda renovação organizativa e estrutural dos sectores (sobretudo) industriais e aposta integrada na utilização da Inovação como factor de alavancagem de criação de valor de mercado. A mobilização activa dos “actores económicos” numa lógica de pacto estratégico operativo permanente terá que ser uma condição central no sucesso desta nova abordagem, sob pena de intervenções isoladas não conseguirem produzir de facto os efeitos desejados. Passado todo este tempo, a leitura dos resultados não é nada abonatória - excluindo os muito conhecidos e divulgados casos de reconversão interna e sectorial conseguida com algum sucesso, na maior parte dos sectores industriais clássicos não foi feita a renovação necessária e os fechos de empresas e perda de quota efectiva de alguns mercados é o resultado mais do que evidente.

Este Novo Contrato de Confiança terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que as Empresas se reinventam como actores centrais numa nova aposta na criação de valor passa em primeiro lugar por um complexo mas necessário processo de reconversão do tecido empresarial nacional. Mas não basta. É de facto fundamental que os outros actores do Sistema, com particular incidência para a Banca, assumam as suas responsabilidades. O que está verdadeiramente em causa é a capacidade de o sistema voltar a ganhar capacidade de autofuncionamento em rede. Isso exige Confiança para o Futuro.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Bem prega Frei Tomás!

Rosa Arezes (*)

Impressiona o simplismo com que alguns por aí apresentam a solução para os problemas que nos afligem. E o mais espantoso é que são exatamente os mesmos que, durante anos, esbanjaram oportunidades e deram largas à “festa”, obrigando todos os Portugueses à penosa herança do abismo da iminência da bancarrota.

Tal ligeireza e populismo despertam-me o mais vivo repúdio, na medida em que assentam numa enorme irresponsabilidade política e numa inaceitável falta de rigor intelectual.

É fácil dizer que é preciso atrair investimento e por a economia a crescer. Que é necessário combater o desemprego e diminuir a carga fiscal. Que é urgente aumentar o rendimento das famílias e das empresas... e por aí adiante.

Só que uma coisa é o universo dos nossos desejos – incluindo os meus – e outra, bem distinta, é o choque da realidade, dura e crua.

Os meus estimados leitores lembrar-se-ão que esta retórica que por cá anda também fez escola em França há pouco mais de dois anos. A nossa comunicação social deu, na altura, grande divulgação à agenda política do actual Presidente gaulês: Hollande era idolatrado como o salvador da Europa, porque iria forçar a mudança de paradigma e acabar com a austeridade, defendendo o primado do crescimento económico sobre a redução do défice orçamental.

O que alguns não saberão – até porque, curiosamente, a situação na França quase desapareceu dos ‘media’ nacionais – é que, chegado ao poder, o Presidente socialista mudou de orientação económica. Apesar de Paris não viver a emergência em que Portugal se encontra, nem ter a tutela da Troika, o seu Governo socialista tem em curso um plano de corte na despesa de 50 mil milhões, 21 mil milhões dos quais na proteção social e saúde.

E quem diria que Hollande ia tirar o tapete a ministros “rebeldes” que se opõem à austeridade, excluindo-os do Executivo? Pois foi isso o que aconteceu há menos de um mês. Em Itália, por sua vez, outro político de centro-esquerda, o Primeiro-ministro Renzi, diz-se reformador, mas ainda nada de significativo concretizou. Já na Alemanha e na Holanda, os socialistas fazem parte das coligações governamentais e não atacam a austeridade.

Enfim, uma coisa é a retórica fácil e o palavreado populista, para ganhar votos e iludir as multidões. Outra coisa é, depois, o embate com a realidade. Com a dura realidade que exige alternativas consistentes em vez de aspirações ou de estados de alma.

Pelo que se vê, criticar a austeridade é tarefa reservada a quem não governa. É o que vemos em Portugal. São contra, mas nunca esclarecem como poderíamos dispensá-la sem os investidores nos cortarem o crédito de que ainda necessitamos.

Também por isto é que tal discurso não passa de mais uma ilusão. Que jamais nos levará a um porto seguro ou a uma costa firme.

É verdade que o caminho é exigente. Mas os passos firmes já dados são a melhor garantia da rota a prosseguir!

(*) Deputada do PSD





Portugal está a mudar

Mauro Xavier (*)

“Importa sempre interrogarmo-nos se há equidade social na justiça. Ora, criou-se a convicção de que quem tenha um bom advogado e dinheiro para lhe pagar, está mais a salvo do que quem não tem”. Certamente que quem leu estas palavras por volta do final do ano de 2010 deve ter esboçado um certo sorriso. Mas um daqueles sorrisos entre o sarcástico e o sonhador! Afinal, o que se assistia à época era a um cenário em que realmente pareciam sair impunes todos os que, embora acusados e julgados, pertenciam a um certo círculo de influência política. Assistia-se já a um esforço de investigação mas que se tornava inglória aquando da passagem pelas diversas fases judiciais que um processo pode ter. Fazia-se já alarido mediático em torno de qualquer possibilidade de ilícito que um político ou pessoa com influência sócio-económica, com prejuízos irreparáveis para a reserva da vida privada que todo e qualquer cidadão - mesmo o mais terrível dos assassinos - tem direito.

Hoje entendemos que a força mediática fez com que o Estado “investigador” e o Estado “justiça” tenham que ser mais eficientes. Afinal, com os erros cometidos e até a chacota que se criou em redor dos mesmos, fez com que os agentes que gravitam na área judicial tenham aprendido e melhorado. Existe agora um certo temor reverencial para com a, justiça ao invés de assistirmos a uma justiça que mais parecia ela própria acuada perante poderes políticos ou económicos.

Contudo, mantém-se uma certa devassa mediática de todos os intervenientes nestes processos que envolvam ou possam envolver figuras do espectro político e empresarial. Esta espécie de julgamento ‘à priori’ que é feito nos jornais tem efeitos perversos mas publicitam que, de forma gradual, a justiça progride. E este é um dos melhores dos remédios para prevenir a prevaricação à lei: a punição exemplar seja quem for.

Aos olhos do cidadão comum, a condenação de todos os arguidos do processo “Face Oculta” traz um alento ao sorriso que esboçou algures. Faz acreditar que é possível existir a dita “equidade social” na área da justiça que, apesar de ser intrínseca ao Estado de Direito parecia estar perdida algures.

A citação inicialmente transcrita é dum livro chamado “Mudar”, da autoria de Pedro Passos Coelho, o mesmo que disse “Não” a Ricardo Salgado e à nacionalização do BES. O princípio defendido é tão simples que complexo se torna perceber porque foi preciso gravá-lo em livro para memória futura. E essa complexidade só é perceptível quando percebemos que o bom senso deixou de imperar durante tanto tempo que quando as coisas certas acontecem até parece estranho!

(*) Gestor. ©Diário Económico

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ÁREA OESTE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa da Área Oeste, para reunir no próximo dia 27 de Setembro de 2014 (sábado), pelas 21H00, no Auditório Municipal do Cadaval, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação do Programa Aproximar
- 2 - Análise da situação política

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Entroncamento, para reunir no próximo dia 18 de Outubro de 2014, (sábado) pelas 15h30, na sede sita na Rua Almirante Reis, 64, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição dos Órgãos da Secção (Mesa da Assembleia e Comissão Política de Secção).

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h30 às 19h00

PAREDES ALTERAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 19 de Setembro de 2014,

(sexta-feira), pelas 21H00, na Sala António Cardoso da sede, sita na Rua 1º de Dezembro, nº 45, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Penafiel, para reunir, no próximo dia 11 de Outubro 2014 (Sábado), pelas 15h00, na sede sita na Rua “O Penafidense, 9 - 1.º Dto. - Penafiel com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia e Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 22h00

RIO DE MOINHOS / NUCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do núcleo de Rio de Moinhos para reunir no próximo dia 18 de Outubro de 2014 (sábado), pelas 14h00 no edifício sede da junta de Freguesia de Rio de Moinhos, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 16h00.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 18 de Setembro de 2014 (quinta- feira), pelas 21H00, na sede, sita na Rua do M. F. A., nº 11, - Amora, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política - partidária.
- 3 - Outros assuntos

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 19 de Setembro de 2014, (sexta-feira), pelas 21H00, na sede distrital, sita na Rua 9 de Abril, nº 1 - 3º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos



III CONSELHO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco III Conselho Nacional Extraordinário para o dia 27 de Setembro de 2014 (Sábado), às 14h30m, no Hotel Montebelo, sita na Urbanização Quinta do Bosque, em Viseu, Coordenadas GPS: 40º 39' 20 N / 7º 55' 33 W), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Marcação do XXIII Congresso Nacional da JSD, Discussão e Votação do Regulamento do Congresso;
- 4 - Apresentação e votação da Proposta de Revisão Estatutária.

REGIONAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos da JSD e demais Regulamentos aplicáveis convoca-se o Plenário de Autarcas da JSD Santarém para reunir no dia 10 de Outubro pelas 21h no Auditório da Junta de Freguesia do Cartaxo na Rua 5 de Outubro, 19, Cartaxo com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição do Coordenador dos JASD Regional Santarém;
2. Eleição da Mesa do Plenário dos JASD Regional Santarém.

Nota:

As listas serão entregues ao Presidente de Mesa do Conselho Regional até ao 3 dia anterior conforme regulamentos aplicáveis.

CONSELHO REGIONAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos da JSD e demais Regulamentos aplicáveis convoca-se o Conselho Regional da JSD Santarém para reunir no dia 10 de Outubro pelas 21h no Auditório da Junta de Freguesia do Cartaxo na Rua 5 de Outubro, 19, Cartaxo com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Análise de Situação Política
3. Um Ano de Mandato Autárquico - Desafios dos Jovens Autarcas Social Democratas.

PLENÁRIO REGIONAL JSD BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os Plenários das Concelhias da JSD do Distrito de Braga, para reunião a realizar nas datas e nos locais abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único:

- 1 - Eleição dos Delegados ao Conselho Regional Eleitoral da JSD de Braga.

Amares, Data 10/10/2014- Horário 21:00h-23:30h, Local - Sede PSD Amares

Barcelos, Data 10/10/2014- Horário 21:00h-23:30h, Local - Sede PSD Barcelos

Braga, Data 10/10/2014- Horário 21:30h-23:00h, Local - Sede PSD Braga

Cabeceiras de Basto, Data 10/10/2014- Horário 21:00h-23:00h, Local - Sede PSD Cabeceiras de Basto

Celorico de Basto, Data 10/10/2014- Horário 21:00h-23:30h, Local - Sede PSD Celorico de Basto

Esposende, Data 10/10/2014- Horário 21:00h-23:30h, Local - Sede PSD Esposende

Fafe, Data 10/10/2014- Horário 21:00h-23:30h, Local - Sede PSD Fafe

Guimarães, Data 10/10/2014- Horário 21:00h-23:30h, Local - Sede PSD Guimarães

Póvoa de Lanhoso, Data 10/10/2014- Horário 21:00h-23:30h, Local - Sede PSD Póvoa de Lanhoso

Terras de Bouro, Data 10/10/2014- Horário 21:00h-23:30h, Local - sede PSD Terras de Bouro

Vieira do Minho, Data 10/10/2014- Horário 21:00h-23:30, Local - Sede PSD Vieira do Minho

Vila Nova de Famalicão, Data 10/10/2014- Horário 21:00h-23:30h, Local - Sede PSD Vila Nova de Famalicão

Vila Verde, Data 10/10/2014- Horário 21:30h-23:30h, Local - Sede PSD Vila Verde

Vizela, Data 10/10/2014- Horário 21:00h-23:30h, Local - Sede Concelhia do PSD Vizela.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem compete realizar o acto ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no local indicado para a reunião, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) *As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Distrital do PSD Braga.

CONGRESSO REGIONAL DA JSD BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Congresso Regional da JSD do Distrito de Braga, para reunir no próximo dia 17 de Outubro de 2014, pelas 21:00horas, no Hotel Turismo em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Apresentação das candidaturas à Comissão Política Regional da JSD de Braga;

2 - Eleição da Comissão Política Regional da JSD de Braga.

Notas:

As listas devem ser entregues em duplicado na Sede Distrital do PSD de Braga, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD de Braga ou a quem estatutariamente o possa substituir;

As urnas estarão abertas entre as 21h30 horas e as 23h30horas.

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da concelhia de Fafe, para reunirem no dia 10 de Outubro de 2014, pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD, sita na Praça 25 de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos da concelhia: Mesa do Plenário e Comissão Política.

Nota:

As urnas estarão abertas das 21 horas às 23h30m. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

REGULAMENTO

CONGRESSO REGIONAL DE BRAGA DA JSD

CAPÍTULO 1 | DO PRESENTE REGULAMENTO

Artº 1 (Objecto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do Artº 3 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais, disciplinando o funcionamento do Congresso Regional de Braga da JSD.

Artº 2 (Definição)

O Congresso Regional é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial regional, conforme definido nos estatutos da JSD.

CAPÍTULO 2 | DO CONGRESSO REGIONAL E SEUS MEMBROS

Artº 3 (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Regional:

- a) A eleição da Mesa do Conselho Regional /Mesa do Congresso Regional bem como da Comissão Política Regional;
- b) A definição da política e linhas gerais de actuação dos órgãos regionais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

Artº 4 (Composição e Direitos de Voto)

1 - Compõem o Congresso Regional, com direito a voto

- a) A Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Regional;
- b) os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na al. b) do Artº 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais da JSD, exercida mediante entrega da respectiva acta à Mesa do Congresso Regional até ao início dos trabalhos;
- c) Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do Art.º seguinte.

2 - São ainda membros do Conselho Regional, ainda que sem direito de voto:

- a) A Mesa do Conselho Regional, que será também a Mesa do Congresso Regional;
- b) Os membros da Comissão Política Regional;
- c) Os membros do Conselho Regional mencionados nas als. e), f), g), h), i), j), k),l do Artº 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais.

3 - A qualidade em que um Membro participa no Congresso Regional é imutável durante o decurso do mesmo.

4 - Competirá à Mesa do Conselho Regional verificar a existência do quórum,

designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Artº 5 (Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto no nº3 do Art. 27º dos Estatutos Nacionais da JSD no que respeita ao número mínimo 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

- a) As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Regional e convocados pelo seu Presidente;
- b) Os actos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
- c) Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Regional a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.
- d) Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.
- e) Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

Artigo 6º (Direitos dos Membros)

Constituem direitos dos Membros do Congresso Regional:

- a) Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- b) Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- c) Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- d) Participar nas discussões e votações;
- e) Interpelar os órgãos Regionais;
- f) Usar do direito de resposta, quando visados;
- g) Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta.

Artº 7 (Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos Conselheiros:

- a) Comparecer ao Congresso Regional com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;

Convocatórias

- b) Participar nas votações;
- c) Respeitar a dignidade do Congresso Regional e dos seus membros;
- d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Regional ou de quem o substitua nessas funções;
- e) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Regional, e em geral, para a boa imagem da JSD.
- f) Abster-se do uso de expedientes dilatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

Artº 8 (Participantes e Observadores)

1. O Congresso Regional, a requerimento da CPR ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPR e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes da Região.
2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.
3. O Congresso Regional poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS**Artº 9º (Data e Hora)**

O Congresso Regional de Braga da JSD decorrerá no dia 17 de Outubro de 2014, no Hotel Turismo de Braga, com início às 21h00m e o Conselho Regional delega os seus preparativos na Comissão Política Regional e na Comissão Política Concelhia.

Artº 10º (Quorum)

1. O Congresso Regional reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.
2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.
3. No que diz respeito aos delegados ao Congresso, não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.
4. Exceptua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte da lista (ou suplente), desde que comunicada à Mesa do Conselho Regional até ao início dos trabalhos.

Artº 11 (Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Regional, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Regionais.

Artº 12 (Ordem de trabalhos)

- Abertura e Boas vindas;
- Apresentação e discussão das moções sectoriais
- Apreciação do mandato Regional – 2012/2014
- Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas
- Eleição dos órgãos Regionais mandato 2014/2016 e aprovação da moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 21h30 e as 23h30 horas)
- Votação das moções sectoriais e aprovação de militantes honorários
- Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados
- Encerramento

Artº 13º (Uso da Palavra)

- A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:
- a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
 - b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
 - c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
 - d) Interpelar os órgãos regionais, sem exceder os três minutos;
 - e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
 - f) Apresentar requerimentos, protestos, contraprotostos e formular votos;
 - g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
 - h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.
 - i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objecto do pedido de uso da palavra.
 - j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artº 14 (Competências da Presidente da Mesa)

- Compete à Presidente da Mesa:
- a) Presidir ao Congresso Regional, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos;
 - b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Regional;
 - c) Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
 - d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
 - e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
 - f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
 - h) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões

do Congresso Regional ou da sua Mesa.

Artº 15º (Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

- Compete aos Vice-Presidentes:
- a) Substituir a Presidente na sua ausência ou impedimento;
 - b) Coadjuvar a Presidente no desempenho das suas funções;
 - c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artº 16º (Competências dos Secretários da Mesa)

- Compete aos Secretários:
- a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
 - b) Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;
 - c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
 - d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
 - e) Servir de escrutinador;
 - f) Elaborar as actas.

CAPÍTULO 4 | DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS**Artº 17º (Moções de Estratégia Global)**

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Regional – e apenas estes - devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Actuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar.
- Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.
2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções
3. As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade
4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Regional.

Artº 18º (Moções Sectoriais)

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Regional, estando vedadas portanto aos participantes ou observadores.
2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Regional vencedora como orientações do Congresso Regional, a executar nos moldes possíveis.

Artº 19º (Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)

Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artº 20º (Candidaturas aos órgãos Regionais)

As Listas devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Regional, à Presidente da Mesa do Congresso Regional ou a quem esta delegar e a possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD Distrital de Braga, sita no largo da Senhora á Branca.

Artigo 21º (Distinções Honorárias Regionais)

1. O Conselho Regional pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Regional da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Regional da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens da Região, e pela promoção dos ideais da JSD.
2. A distinção de Militante Honorário Regional atribuída aos antigos dirigentes regionais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens da Região, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.
3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPR, da Mesa do Conselho Regional ou de três Comissões Políticas Concelhias.
4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Regional, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens da respectiva Região, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

CAPÍTULO 5 | DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**Artº 22º (Lacunas)**

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Regionais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artº 23º (Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua aprovação.

Aprovado pelo Conselho Regional da JSD de Braga, no dia 6 de Setembro de 2014